



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 066/067

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Ditro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 066

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	04
Projetos de Lei	06
Pequeno Expediente:	
Dep. Beti Pavin	07
Dep. Luiz Malucelli	07
Dep. Cida Borghetti	09
Dep. Antonio Belinati	09
Dep. Rosane Ferreira	10
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch	11
Horário das Lideranças:	
Liderança do PSDB	
Dep. Luiz Malucelli	08
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	15
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Ribas Carli Filho	16
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	18
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Claudio Romanelli ...	20
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	23
Discussão/Votação	
Redação Final	23
2ª Discussão	23
1ª Discussão	24
Requerimentos	25
Encerramento da Sessão	26

DIÁRIO Nº 067

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	27
Presenças	27
Abertura da Sessão	27
Expediente:	
Requerimentos	28
Pequeno Expediente:	
Dep. Plauto Miró	28
Dep. Artagão Júnior	30
Dep. Felipe Lucas	31
Dep. Teruo Kato	31
Grande Expediente:	
Dep. Cleiton Kielse	32
Horário das Lideranças:	
Liderança do Partido Democratas	
Dep. Plauto Miró	28
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	34
2ª Discussão	35
Requerimentos	35
Encerramento da Sessão	35
Publicações:	
Diretoria Geral	
Portarias	35

SUMÁRIO	
DIÁRIO Nº 066	
60ª SESSÃO ORDINÁRIA	
SUMÁRIO	
Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos.....	04
Projetos de Lei.....	06
Pequeno Expediente:	
Dep. Beti Pavin.....	07
Dep. Luiz Malucelli.....	07
Dep. Cida Borghetti.....	09
Dep. Antonio Belinati.....	09
Dep. Rosane Ferreira.....	10
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch.....	11
Horário das Lideranças:	
	Liderança do PSDB
	Dep. Luiz Malucelli 08
	Liderança do Bloco PPS/PMN
	Dep. Douglas Fabrício..... 15
	Liderança do Bloco PSB/PRB/PV
	Dep. Ribas Carli Filho..... 16
	Liderança do PT
	Dep. Péricles de Mello 18
	Liderança do PMDB
	Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 20
	Ordem do Dia:
	Leitura do Expediente 23
	Discussão/Votação
	Redação Final..... 23
	2ª Discussão 23
	1ª Discussão 24
	Requerimentos..... 25
	Encerramento da Sessão 26

DIÁRIO Nº 066

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

11 DE JUNHO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Caíto Quintana e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibe-

Ili, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademair Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte.

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 12 de junho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Carlos Alcobas falecido no último dia 08 do corrente em Antonina.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último dia 08 em Antonina aos 65 anos de idade, o Sr. Joaquim Carlos Alcobas, deixou viúva Dona Jurema, deixou ainda as filhas Ramsa, Jamile e Narrymann.

O Sr. Joaquim era paulistano de nascença, mas apaixonou-se por Antonina em 1975, em uma visita à sua irmã. Joca como era conhecido, não hesitou em deixar a fábrica de roupas que tinha na avenida Paulista para se tornar capelista. Em Antonina dedicou-se a outra paixão: A Caçarola do Joca, restaurante que virou referência do litoral. Nos 27 anos do restaurante, Joca não conquistou só clientes, fez também amigos.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrimas nos olhos dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que, nossos amigos, familiares do Sr. Joaquim Carlos Alcobas, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Alcobas, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Naime Elache, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1542

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Aparecida Leal Moscaleski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Galvão, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Antonia de Paula, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marcia Regina Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1546

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Stroka, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Margarida Eva Batista, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Guelinger, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Joana Mendes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Ieda Pereira Boita, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Luiz Castelhanos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER sejam externa-

das as condolências desta Casa Legislativa à família Santos, pelo falecimento do Sr. Durval Emídio dos Santos, ex-Vereador e ex-Prefeito da cidade de Altônia, ocorrido no último dia 09 de junho.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, se assim entenderem os nobres Pares, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que a ausência e as saudades possam ser superadas com a grata lembrança das admiráveis virtudes e exemplos que o Sr. Durval Emídio dos Santos deixou para todos nós. Qualidades essas somente vistas em pessoas abençoadas e muito especiais.

Sem dúvida, para o orgulho de sua esposa Laura, dos filhos Valdir, José e Cleide e para os dois netos, a sua personalidade empreendedora, humanista e de denodada serviço a sua cidade e ao bem coletivo deixa marcas irretocáveis e para sempre na história do município de Altônia.

É verdade, se há um momento na vida para o qual nunca estamos bem preparados, é quando alguém que amamos inesperadamente nos deixa.

Mas, se aceitarmos as palavras confortadoras do Mestre Jesus: Na casa de meu Pai há muitas moradas...", veremos o que importa é ter guardado essa fé e esse amor da vida eterna em nossos corações, pois elas nos confirmam de que um dia reencontraremos aqueles que partiram antes de nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da senhora Laura Rodrigues Fernandes dos Santos.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja endereçado expediente ao Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob, solicitando que a implantação da rede de esgoto no Jardim Ouro Preto, em Londrina, contemple, também, a rua Mariana Fernandes de Brito.

Essa rua localiza-se na região central, a apenas 3 quarteirões da Via Expressa, a mais importante via de ligação das regiões norte-sul de Londrina. E, informações veiculadas na imprensa apontam que a mesma não estaria incluída na nova e importante obra da SANEPAR, o que deixou os moradores do local bastante apreensivos, pois todos têm consciência dos benefícios que a obra representa para eles: saúde, qualidade de vida. O trecho da obra solicitada é pequeno quanto ao custo financeiro, mas grandioso no benefício para os moradores dessa via pública.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos aos incentivos dados pelo Governo Jaime Lerner para a instalação de montadoras de automóveis no Paraná:

- 1 - Quantas e quais foram as montadoras que vieram para o Paraná no citado Governo?
- 2 - Quais os incentivos dados pelo Governo do Estado para cada uma dessas montadoras?
- 3 - Houve algum tipo de investimento por parte do Governo do Estado para a instalação das montadoras?
- 4 - Houve exigência de contrapartida por parte das montadoras para o estado do Paraná? Em caso afirmativo, quais foram as contrapartidas com respectivas metas ou valores efetivamente alcançados?
- 5 - Qual era a previsão de geração de empregos para os paranaenses e se tais previsões foram cumpridas?
- 6 - Anexar cópia dos contratos firmados entre o Governo do Estado e as montadoras que instalaram-se no estado.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, solicitando encaminhamento a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a liberação de verbas do Paraná Urbano para Prefeitura Municipal de Ponta Grossa:

- Quais os valores liberados pelo Paraná Urbano/ PARANACIDADE em cada período de Governo (1992-1996, 1997-2000, 2001-2004, 2005-2008) para a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa?
- Em que obras tais valores foram utilizados?

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 262/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Rancho Alegre d'Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, de Rancho Alegre d'Oeste, foi fundada em 25/09/93, na cidade de Rancho Alegre d'Oeste, e trata-se de uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para a proteção e a assistência à maternidade e a infância.

Tem sede e administração à rua Espírito Santo, 132 naquela cidade, sendo presidida atualmente pela Sra. Eloise de Souza Ceniz e mantém a creche Bom Jesus com 80 (oitenta) crianças, o Grupo de Convivência do Idoso com 60 (sessenta) idosos e o Clube de Mães com 45 (quarenta e cinco) participantes.

Em anexo encontram-se todos os documentos exigidos pela lei, estando em condições de ser aprovada.

Assim peço apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 263/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Eliezer Batista da Silva.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) LUIZ MALUCELLI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear um cidadão exemplar, Dr. Eliezer Batista da Silva, que prestou relevantes serviços à nação brasileira.

O Dr. Eliezer Batista da Silva ocupou vários cargos de destaque a nível nacional e internacional, como demonstra o seu currículo em anexo, sendo o único brasileiro a receber o título de *Honoris Causa* da Academia Russa de Ciências.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra à primeira oradora inscrita, no Pequeno Expediente, a Deputada Beti Pavin.

Deputada Beti Pavin (PMDB)

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna hoje para comentar com os nobres Deputados com relação à Operação Escudo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Rememorando, há cerca de dois meses atrás, 45 dias, estivemos conversando com o Comando da Polícia Militar, com algumas lideranças da cidade de Colombo, segmentos empresariais, Diretores de escola, enfim, para que pudéssemos melhorar o contingente policial naquela cidade. E foi aí que programamos um Fórum na CIC junto com a sua diretoria e convidamos representantes da Secretaria da Segurança Pública e vários Comandantes, Coronéis, onde lá eles participaram. E ali eles ouviram as demandas da nossa sociedade.

Como os senhores sabem, a cidade de Colombo é a 8ª cidade do estado do Paraná. Ali existem demandas de toda ordem. E a questão da violência, há cerca de dois meses atrás foi muito forte, a questão de homicídios que houve naquela cidade e que aconteceu essa preocupação toda na nossa população.

Ocupo esta tribuna hoje para dizer aos senhores que a Polícia Militar, através da Operação Escudo, que foi lançada ontem na nossa cidade de Colombo, já está em pleno vigor atendendo toda a região metropolitana e a cidade de Curitiba. Serão destacados aproximadamente 200 policiais. Então eles serão, eu diria, itinerantes. A Polícia tem pontuado quais são os bairros, as regiões, os horários, onde são acometidas as maiores questões da Segurança. Eles mapearam toda a região e nesses horários, nesses pontos, eles farão esta operação.

A intenção da Polícia Militar é, durante a semana, uns dois dias eles poderem estar nessas cidades. Então, gostaria de parabenizar a todo Comando, o Coronel Anselmo, o Coronel que está comandando a Operação Escudo, Robson Luiz, que fizeram todo esse estudo da situação que nos preocupa muito. Começaram já a atuar, tirando alguns policiais de outros locais de trabalho para que eles possam, efetivamente, realizar esta operação. Aqui na cidade de Curitiba isso já acontece, temos observado o anel central da cidade, em vários cruzamentos, esquinas, sinaleiros, a presença ostensiva da Polícia. Em conversa com este Comandante, ele nos disse que já diminuiu em aproximadamente 25% as denúncias no Disque 190.

Então, realmente está no caminho. Sempre soube-mos da preocupação do Governador Requião para que minimizássemos e melhorássemos essa área tão preocupante para as famílias das nossas cidades do estado do Paraná.

Na sequência também, a informação que temos é que ela irá acontecer na periferia, nas cidades próximas aos grandes centros, as grandes cidades do estado do Paraná como Londrina, Foz do Iguaçu, Maringá, Ponta Grossa, enfim, na maioria das regiões onde tem o maior contingente populacional.

Parabenizamos, mais uma vez, estamos felizes e esperamos que ações como essas continuem acontecendo no nosso estado.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Malucelli.

Deputado Luiz Malucelli (PSDB)

O SR. LUIZ MALUCELLI

Boa-tarde Sr. Presidente, demais Deputados, Deputadas, membros da imprensa.

Venho ocupar este espaço, esta tribuna, porque apresento neste momento o meu voto de repúdio à proposta de apropriação dos recursos do SENAI do Brasil, que tenho acompanhado pelos meios de comunicação e em contato com Diretores do SENAI do Paraná, do competente João Barreto. Já não bastasse esse novo imposto da Saúde que o Governo quer que a sociedade engula, goela abaixo, agora estamos tendo a surpresa, esta péssima surpresa, que o Ministro da Educação quer abocanhar o dinheiro dos empresários, o dinheiro recolhido mensalmente das indústrias, para levar para o seu Ministério e tirar os recursos do nosso SENAI.

Estamos perdendo a referência histórica, Sr. Presidente Nelson Justus. O SENAI foi criado para ser administrado por empresários, justamente porque precisava ser uma experiência de sucesso. Isso de fato ocorreu. Ao longo do tempo, a sua existência comprova minha afirmação. É um grande equívoco o Governo Federal, que prega o amplo debate sobre questões estratégicas para o país, neste caso praticando exatamente o contrário. Tem grande sede de estatização e mostra as deficiências da gestão dos recursos a ele confiados pela sociedade brasileira. Não cabe mais a formação voltada apenas para um posto de trabalho específico. O famoso "faz de tudo", de antigamente, acabou. Hoje o cidadão brasileiro tem que ser qualificado e bem qualificado para, ao bater na porta de uma indústria, de uma fábrica ou do comércio, ele tenha a oportunidade do emprego. Por outro lado, deve também prover competências humanas baseado em valores como a ética social, qualidade de vida, dado que, no mundo contemporâneo, os profissionais devem estar preparados tanto para o trabalho quanto para o exercício pleno da cidadania.

Assim, a forma de atuação do SENAI, ligada à capacitação do trabalhador, vem sofrendo profunda transformação de maneira a adequar-se aos novos preceitos e às novas estratégias de educação profissional.

Peço aos Deputados Federais do Paraná para que se engajem, junto com a Assembléia Legislativa deste estado, para que, em hipótese alguma, a arrecadação que é destinada ao SENAI sequer seja mexida, em um centavo.

No Brasil, nossa indústria faz um esforço de competitividade com crescente exigência de qualificação dos trabalhadores. E o Deputado Belinati sabe, porque em Londrina tem um excelente SENAI, que formou tantos e tantos londrinenses.

Amplia a quantidade de pessoas qualificadas, viabiliza a modalidade de investimentos para novas regiões, minimizando as desigualdades regionais. A Deputada Cida Borghetti também conhece bem o SENAI de Maringá, que tanto trabalho junto com o Sesi realiza naquele município e na região.

Possui a maior rede de serviços técnicos, tecnológicos e laboratoriais para a indústria do país. Apóia a atualização tecnológica das empresas: em 2007, o SENAI prestou 190 mil serviços tecnológicos. Amplia a competitividade para a indústria. Os programas de qualificação, especialização e aperfeiçoamento profissional ofertados pelo SENAI, obedecem à lógica das demandas da indústria.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Aqui no Paraná, Sr. Presidente, o Paraná formou mais de 2 milhões de pessoas nos seus 65 anos de existência. Atendeu, em 2007, 4 mil empresas e 240 municípios com ações móveis de formação profissional. Apóia o desenvolvimento de produtos e inovação. É o fator de atratividade para novos investimentos.

Não dá para entender porquê o Governo quer mexer no que dá certo. E dá certo, sim. Espero que o Governo não abocanhe esta fatia valiosa dos empresários.

Finalizando, quero parabenizar o SENAI pela realização da Olimpíada do Conhecimento de 2008, iniciada esta semana em Blumenau, Santa Catarina. Esta competição selecionará os representantes do Brasil que competirão na Olimpíada Mundial do Conhecimento, no ano de 2009, no Canadá. Aliás, o SENAI do Paraná foi o grande vitorioso das Olimpíadas do Conhecimento, no Brasil.

Por isso, conclamo mais uma vez aos empresários, indústrias, Parlamentares desta Casa e ao Governo do Estado, a todos aqueles que querem o desenvolvimento do Paraná com qualificação, que não deixemos que aconteça esta retirada da verba do SENAI.

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

V. Exa. traz um assunto da mais alta gravidade a esta Casa. Em 40 anos de vida pública, uma coisa que tenho batido muito, que está acontecendo no nosso Brasil, é exatamente a falta de uma estrutura maior, como a do SENAI, para treinar e qualificar a mão-de-obra da nossa juventude. Gosto sempre de lembrar que teve um tempo que pedíamos emprego numa loja, numa empresa e você entrava sem saber absolutamente nada. Alguns entraram até como faxineiros, como o Amador Aguiar,

que depois virou Presidente do BRADESCO. Então, as empresas ofereciam a oportunidade para você aprender um ofício, uma profissão.

Agora, não. Não tem mais lugar para amadorismo. Agora, toda e qualquer grande empresa, quando necessita de uma trabalhadora ou um trabalhador, já exige experiência, já exige prática comprovada. E o SENAI, meu Deus do Céu, é uma das poucas instituições deste país, porque tem gente ali que tem tanta competência, com tanto amor que desenvolve esse trabalho, colaborando com o próprio Governo, com o Brasil, treinando e qualificando, dando um ofício e uma profissão para nossos jovens.

É um absurdo o Governo, neste momento em que a mão-de-obra é uma exigência primordial para se arrumar um emprego, é lamentável que o Governo esteja tentando garfear um dinheiro que não é dele, porque o SENAI é mantido com o dinheiro dos empresários.

Então, V. Exa. está de parabéns! De parabéns a direção do SENAI do Paraná, que eles devem lutar mesmo. V. Exa. é um defensor do SENAI e quero me incorporar nesta luta aqui para que eles não retirem um centavo, um tostão do SENAI, que faz um belo e maravilhoso trabalho, tão importante, que é treinar a mão-de-obra no nosso Brasil. Contem com o meu apoio! O SENAI pode contar com a minha solidariedade e também com a solidariedade de V. Exa., que levanta uma questão de extrema importância para o Paraná e para o Brasil!

O SR. LUIZ MALUCELLI (PSDB)

Obrigado! Palavras vindas de V. Exa. Deputado Belinati, enobrecem a entidade do SENAI, que com certeza está nos ouvindo neste momento. Aliás, tive o prazer de participar daquela equipe do Sistema FIEP há questão de seis ou oito anos e tenho boas recordações. Sei da forma profissional que trabalha aquela entidade, por isso peço, mais uma vez, ao Paraná, aos empresários e a todos os Deputados do Paraná, para que isso não aconteça. Aliás, está funcionando bem e se passar para o Governo, deixa de funcionar.

Por isso, quero pedir mais uma vez o apoio de todos para que o SENAI permaneça como está, avançando e melhorando na qualificação de jovens e adultos do nosso Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Cida Borghetti.

Esta presidência lembra V. Exas. que hoje teremos duas Sessões completas. Terminada esta Sessão, teremos um espaço de cinco minutos e daí recomeçamos com o Pequeno Expediente, com o Grande Expediente, com o Horário das Lideranças e com uma Ordem do Dia completamente diferente. Teremos duas Sessões hoje, já que não teremos a Sessão de quinta-feira.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Quero também saudar os alunos que nos visitam na tarde de hoje, às senhoras professoras e professores e também à imprensa, que sempre está conosco.

É com grande satisfação que na tarde de hoje, em nome da Coordenação do Programa de Catalogação, Remissão e Consolidação das Leis Estaduais, da qual também fazem parte os Deputados que hoje estão secretariando esta Sessão, Deputados Caíto Quintana e Reni Pereira, estamos entregando aos Srs. Deputados o Tomo IV da Coletânea de Leis Estaduais, referente à 4ª Legisatura do período de 1959 a 1963. Agradecemos ao dedicado e incansável trabalho dos servidores da diretoria legislativa através do seu Diretor, Sr. Severo Sotto Maior, Líder Romanelli, Deputado Elio Rusch, a Eliete de Paula Xavier, também a Elidia e toda a equipe técnica que, incansavelmente, trabalhou para que este trabalho chegue às mãos de todos os paranaenses.

Nesta oportunidade quero passar não só o convite aos nobres Deputados e Deputadas, mas também à toda população do Paraná e imprensa para que possam, a partir de amanhã, Deputado Belinati, Deputado Duílio Genari que nos acompanha a partir de amanhã, acompanha também o Presidente do nosso partido, Deputado Ricardo Barros, bem como o Deputado Ney Leprevost, também os Deputados Federais Nelson Meurer, Deputado Dirceu Sperafico, a comitiva do Partido Progressista nessa nova fase, visitando as regionais no Paraná como um todo.

Começamos amanhã, aqui em Curitiba, na sede do partido, e posterior ao Deputado Luiz Malucelli, nosso grande colega, também estendemos o convite para V. Exa. para que, às 19h, na Sociedade Urca de Curitiba, às 14h, o Partido Progressista estará reunido, discutindo as ações para as próximas eleições aqui no município. Posteriormente às 19h, no município de Paranaguá, também no dia 13, sexta-feira, estaremos falando sobre a mulher progressista, que presidimos o movimento de mulheres no Paraná e também nacionalmente como Vice-Presidente.

Dia 13, em Ponta Grossa, Jôcelito, Péricles, Plauto, Marcelo Rangel, os nossos colegas de Ponta Grossa e toda a população, às 9h no Clube América. No dia 13, às 14h no Centro Cultural de Pitanga. Também no dia 13 em Guarapuava, na Universidade Campo Real, às 19h. No dia 14 em Ivaiporã, lá no Vale do Ivaí, na Câmara Municipal, às 9h da manhã, Sr. Presidente, o senhor também está convidado. No dia 14 em Umuarama, na Câmara Municipal, às 14h. Também no dia 14 em Toledo, na terra do nosso Líder, Duílio Genari, no CTG, às 19h; bem como no dia 15 na terra do Teruo Kato, Paranaíba, no Galpão Ivo Agrícola, às 9h da manhã. No dia 15 em Campo Mourão, terra do nosso colega Douglas Fabrício, no Teatro Municipal, às 14h. No dia 15 em Cornélio Procopio, às 19h, e no dia 16 na

nossa terra, Dr. Batista, Enio Verri, às 9h da manhã, na Câmara Municipal, Luiz Nishimori também que representa Maringá.

Então, estamos convidando, em nome do nosso Presidente, em nome da Bancada do PP, do nosso Líder Deputado Duílio Genari, Deputado Ricardo Barros, Deputado Dirceu Sperafico, Nelson Meurer, Ney Leprevost, Deputado Antonio Belinati, que também vai falar posteriormente desse nosso encontro. Então, todos estão convidados para compor conosco a comitiva do PP no Paraná. Podemos também acompanhar o Ministro Dornelles, Presidente Nacional do Partido em Teresina no Piauí, Belém do Pará, São Luiz do Maranhão, Manaus, Boa Vista, e temos ainda mais 12 estados para percorrer até o final deste mês.

Era o que eu gostaria de deixar consignado nesta tarde de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Nelson Justus, Deputado Caíto Quintana, Deputado Luiz Malucelli, Deputados, Deputadas, imprensa, visitantes.

Inicialmente a nossa homenagem ao Presidente Estadual do nosso Partido Progressista, Deputado Ricardo Barros, que de maneira muito competente, muito habilidosa, ao lado da grande esposa que ele tem, Cida Borghetti, tem feito um trabalho de crescimento, de estruturação do nosso Partido Progressista ao lado do nosso Líder Duílio Genari, Deputado Ney Leprevost, do Deputado Dirceu Sperafico, Deputado Nelson Meurer, de Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores, simpatizantes. E agora o nosso partido, sob o comando do Deputado Ricardo Barros, vai promover esses encontros visando exatamente conhecer e buscar as reivindicações, os problemas de cada região do Paraná, até para ilustrar, servir de subsídio à atuação de cada Parlamentar que integra o nosso Partido Progressista e, principalmente, aqueles, como eu, que vão disputar as eleições deste ano.

Parabéns ao Deputado Ricardo Barros!

Sei que tem gente que não gosta de ser chamado de idoso, de velho. Meu pai, até morrer, não gostava de ser chamado de velho, porque ele procurava ter sempre um espírito de mocidade. Muitas pessoas entendem como ofensa chamá-las de velhas. Como a pessoa que é pobre. Tem político, por não conhecer o povo, chega lá no bairro e chama o povo de pobre e pensa que está ganhando voto. O pobre admite ser chamado de baixa renda, mas não de pobre. Nas vilas, nos bairros muito pobres, aqueles que são muito pobres, que estão lutando para sair dessa situação de miséria, entendem que é uma agressão o político, tentando agradar, tentando conquistar o seu voto, vem lá e diz: "Vocês que são pobres...". Aí já perdeu o voto.

Sr. Presidente, tirando esses comentários paralelos, queremos falar sobre um assunto muito sério a respeito do idoso.

Hoje, em Brasília, dentro até da comemoração do Dia Mundial de Sensibilidade da Sociedade Civil para a Luta Contra a Violência à Pessoa Idosa, vai ser tratado um assunto muito sério referente aos idosos do nosso país. Não é da África, é daqui do nosso país, problemas contra o idoso.

Vejam o que está acontecendo: um levantamento do Ministério da Saúde, ainda agora na hora do almoço as redes de televisão, em noticiário nacional, estavam repercutindo esse fato contra os idosos. Um levantamento do Ministério da Saúde revela que as violências ou acidentes constituem 3,5% da morte de pessoas idosas no Brasil. Acidente, por exemplo, uma pessoa caiu em casa, caiu da escada, a pessoa está com muita idade, se machuca e acaba morrendo. Dentro desse índice, uma boa parte dos idosos morrem vítimas de violência dentro da sua própria casa. No levantamento diz o seguinte: no Brasil, 93 mil idosos se internam por ano nos hospitais, por conta do SUS. Existem aqueles que se internam num hospital pago por ele ou pela família, mas só de internação, por conta do SUS, são 93 mil idosos internados por ano. Desse total, Presidente Nelson Justus, 27% são internados vítimas de agressões. Apanharam, levaram "porrada", apanharam dentro da própria casa. Quem bateu? Quem é o agressor? Muitas vezes, o enteado, mas na maioria das vezes o próprio filho. Isso é muito dolorido.

Prega-se que o Brasil é o país mais cristão do planeta Terra, mas tem gente que acaba de sair da Igreja, acabou de comungar, vem ali com a mão naquele gesto carinhoso, mas acaba de sair da igreja e vira o Capeta. É a Igreja Católica, é da Igreja Evangélica. Às vezes, tem até autoridade religiosa que celebrou o ato religioso, saiu do púlpito e, de repente, se transforma, se torna uma pessoa agressiva. Na parte religiosa é coisa mínima que ocorre, mas ocorre. A pessoa sai da igreja, comungou, está em paz com Deus e, voltando para casa, arrebenta no "cacete", na "porrada", na agressão, na violência, o seu próprio pai, o seu próprio avô, sangue do mesmo sangue.

Não podemos pregar o uso da violência contra nenhum ser humano. Não podemos defender a violência nem contra os animais. Não devemos defender a violência nem daquele machão, daquele mais exaltado que, quando está discutindo com alguém, dá murro na mesa, dá chute na mesa, na parede, no carro. Temos que ser contra todo tipo de violência, não só àquele que agride o idoso.

Estou triste, meus senhores, minhas senhoras. Vinte e sete por cento, quer dizer, temos por ano 30 mil idosos internados, só nos hospitais por conta do SUS, que apanharam dentro da sua própria casa. Agora, são violências que são tornadas públicas. Mas e o velhinho que apanha em casa e que a família abafa, deixa por isso mesmo, que a Polícia não toma conhecimento, que não houve queixa? Tenho impressão que isso multiplicaria, quem sabe, para um número muito mais assustador ainda, do

idoso que apanhe e que a violência é abafada dentro de casa; do idoso que fica machucado, ferido, vítima da surra que levou do próprio filho ou do próprio neto e que fica tudo dentro de quatro paredes, dentro da sua própria casa.

Volto a repetir: aquele idoso, que foi agredido covardemente pelo filho que ele criou com tanto amor. Fico imaginando quantas noites o pai não teve que levantar de madrugada, correr, levar o filho para o hospital, para o médico. Não é? Quanta coisa boa esse pai não fez criando, educando o filho e, quando o pai está, quem sabe, nos últimos anos, meses, dias, nos últimos momentos de sua vida, ele é covarde e brutalmente, de maneira cruel, espancado. Está aqui neste relatório, está sendo discutido em Brasília, nesse Simpósio, a quantidade de idosos que morrem. São milhares e milhares em nosso país.

É preciso que em cada lar se tenha Deus como autoridade suprema. Porque isso é coisa do Demônio. A pessoa que tem a sua vida de fé, que é religiosa, que sabe da importância de Deus na nossa vida, se não for doente, um débil mental, um alcoólatra ou com problema de loucura, ela jamais vai agredir os idosos.

Deputado Pastor Praczyk, exatamente nesta semana os cientistas americanos estão testando uma vacina e se ela for aprovada, der certo, as pessoas que estão doentes, que são alcoólatras, que estão viciadas, se tomarem uma única injeção vão conseguir se libertar da dependência do alcoolismo. Tem uma matéria grande hoje na imprensa. Queira Deus, aleluia, que essa injeção dê certo! Porque muitos idosos são espancados pelos filhos, que chegam embriagados em casa. Alguns chegam sob o efeito da droga, mas tantos outros agressores chegam totalmente embriagados. São irresponsáveis e depois que a bebedeira passa vão pedir perdão ao papai, ao vovô ou ao idoso que ele agrediu. O alcoolismo é como a droga, destrói a felicidade de um lar, de uma família.

Termino, Presidente Nelson Justus, rogando a Deus que um dia, desta tribuna, eu ou demais Deputados que virão depois de mim, como integrantes desta Casa, possamos ver pela nossa TV SINAL, pela TV MERCOSUL, nos canais de televisão, nos jornais, nas rádios, notícias otimistas, boas, do tipo: "Não há mais violência. Reduziu-se a quase zero a violência contra os idosos." Chega de violência contra o idoso, o ser humano, a criança e os animais! Chega de gente violenta em nosso planeta. Somos favoráveis, simpatizantes e seguidores daqueles que têm sua vida regrada em Deus, uma vida de paz, amor e de respeito, sobretudo aos nossos idosos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, quem estiver assistindo a TV SINAL vai pensar, Deputada Cida Borghetti, que esta Casa tem muitas Parlamentares. Tivemos a Deputada Luciana na Mesa, fazendo a 2ª Secretaria, os pronunciamentos das Deputadas Beti Pavin e Cida Borghetti e, agora, faço uso deste horário. Infelizmente ainda somos apenas quatro. Sou a derradeira neste momento.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

As mulheres são as que mais trabalham.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigado, Deputado Anibelli, temos que falar isso para todos os eleitores paranaenses.

O que me traz aqui é para dizer que na semana passada foi aprovado por esta Casa, e hoje está apenas dependendo da redação final, um projeto de nossa autoria que concede meia-entrada para professores. Os Parlamentares aqui sabem que essa é a minha primeira legislatura e sabem que eu não sei ainda muito dessa questão de lobby, Deputada Beti Pavin. Tanto é que quando apresentei o meu projeto e ele foi aprovado nesta Casa, não tínhamos nenhum professor aqui no plenário. Nem o professor Lemos, Presidente do Sindicato, que vem com muita regularidade nesta Casa, não estava aqui. Ou seja, eu não estava defendendo nenhum lobby. E o que me fez apresentar esse projeto que os senhores me ajudaram a aprovar nesta Casa, e tomara que o Governador sancione, foi realmente a minha vontade de que a Educação melhore. Fazendo uma homenagem ao Brizola, quatro anos de falecimento, o único caminho que temos é investir maciçamente em Educação.

E esse meu projeto tem dois lados. Primeiro, estamos assistindo no Paraná salas de cinemas sendo fechadas, quase que semanalmente, no Paraná inteiro. Concorrendo com a pirataria, concorrendo com o poder aquisitivo baixo. Então, pensei: se temos meia-entrada para estudantes, temos que estimular esse estudante a ir ao cinema. E nada melhor do que ter um professor como difusor dessa idéia. Conceder meia-entrada ao professor, no meu entendimento, seria fazer com que o professor trabalhasse em prol da indústria do entretenimento, do espetáculo, do cinema, das produções musicais.

Acho que quando colocamos um professor dentro de uma sala e ele assiste a um filme que gosta, ou assiste um espetáculo musical, esse professor volta à sala de aula e comenta. E um professor dá quatro, cinco aulas por dia, no mínimo. Cento e cinquenta alunos por dia, cinco dias na semana, quer dizer: que promoção ele vai trazer para a cultura! Isso sem levar em consideração que ele melhora como pessoa quando investe em si mesmo. Quem dera pudéssemos colocar os professores realmente para investir na sua própria cultura e, dessa forma, estimular que isso se dê em toda comunidade escolar.

Foi esse o objetivo da minha proposta. Lamento realmente, sei das dificuldades que passam os produtores musicais. Talvez possamos, com a ajuda deles, até pensar

em outras iniciativas de lei que promovam a cultura, que facilitem, que viabilizem esse setor.

Mas, não tenho dúvidas que o nosso projeto não quer fazer cortesia com chapéu alheio, não quer onerar o setor privado. Muito pelo contrário. Queremos as salas dos cinemas cheias, os teatros cheios, os musicais cheios. Queremos que as pessoas invistam em si, se harmonizem com o planeta e vivam em paz. Queremos, dessa forma também, colaborar para que busquemos estar mais bem inseridos na sociedade e vivermos em paz.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na Sessão de segunda-feira, próxima passada, levantamos desta tribuna a questão da ParanaPrevidência, aliás, diga-se de passagem, questão levantada pela própria imprensa do estado do Paraná e denunciada por um assessor do Governador do estado que estava na ParanaPrevidência, nomeado por ele, o Francisco Alpendre, ex-assessor jurídico dessa instituição. Disse o Sr. Alpendre da dívida que o estado do Paraná tinha com a ParanaPrevidência. Depois da denúncia do Sr. Alpendre, muitos números surgiram e nós aqui na Assembléia Legislativa, até o presente momento, não sabemos a real situação da ParanaPrevidência no que diz respeito aos repasses do Governo do Estado para essa instituição.

O que sabemos, Srs. Deputados, é que quando foi criada a ParanaPrevidência, já falamos na segunda-feira passada, tinha dentro da ParanaPrevidência três pilares: o Fundo Previdenciário, o Fundo Financeiro e o Fundo da Saúde. O Fundo Previdenciário, na verdade, iria, vai e está aposentando os funcionários que estão na ativa e que estão se aposentando atualmente. O Fundo Financeiro, na verdade, assume os aposentados que já existiam em 1998, quando foi criada a ParanaPrevidência assumisse a aposentadoria pelo Fundo criado pela própria instituição com a contribuição dos funcionários e a contribuição do próprio Governo do Estado.

Lembro muito bem quando criamos a ParanaPrevidência. Naquela época se dizia que a partir do 35º, 40º aniversário da criação da ParanaPrevidência o estado não repassaria mais ao Tesouro nenhum recurso para o Fundo Financeiro, porque as pessoas que recebem as suas aposentadorias pelo Fundo Financeiro a tendência é só baixar e aumentar, efetivamente, o pagamento, através do Fundo Previdenciário, dentro da ParanaPrevidência, que são as pessoas que estão se aposentando agora.

Já se passaram 10 anos, então se acredita que daqui a 25, 30 anos não tenhamos mais ninguém ou muito poucas pessoas que estarão recebendo as suas aposentadorias, as suas pensões através do Fundo Financeiro da ParanaPrevidência, todos passarão a receber, através do Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência, porque ela estará capitalizada com os recursos que são descontados dos funcionários e também com os recursos que, obrigatoriamente, o Governo como patronal, deve colocar também, além dos outros imóveis que já integram o capital que é formado dentro da ParanaPrevidência.

Agora, o que nos causa estranheza, Sr. Presidente, é que o próprio Governador do Estado do Paraná, na "escolinha" no dia de ontem, disse que a ParanaPrevidência já era ultrapassada, já não se aplicava mais. Vejam, Srs. Deputados, o Secretário da Previdência Social do Ministério do Governo Federal afirma que a ParanaPrevidência trouxe muita aprendizagem, disse que o sistema da Previdência do Paraná é exemplo para o país. Ora, quem disse isso, Sr. Presidente, não foi o Deputado Elio Rusch, foi o Secretário Geral da Previdência Social do Governo Federal! E quem instituiu a ParanaPrevidência foi o Governo que antecedeu o Governador Roberto Requião.

Pois bem, aquele dinheiro que o Deputado Romaneli, Líder do Governo, anteontem disse que dos 190 milhões que o Governo do Estado paga para os aposentados e pensionistas, através do Fundo Financeiro, 25 milhões já não são mais repassados, porque já são recursos próprios do Fundo Previdenciário que foi capitalizado através dos recursos dos funcionários e do próprio Governo do Estado.

Gostaria de trazer aos Srs. Deputados algumas frases que disse o Governador do Estado na "escolinha", no dia de ontem. Numa altura, ele disse que a ParanaPrevidência era ultrapassada. Palavras do Governador Roberto Requião: "A ParanaPrevidência é uma empresa sólida, séria, depois que o Dr. José Maria se desligou, o Desembargador Munir Karan assumiu e está sendo bem administrada".

Perguntamos se a ParanaPrevidência está sendo bem administrada, porque o Alpendre levanta todas estas denúncias, e a falta e o não repasse de recursos do Governo do Estado para com a ParanaPrevidência, qual é a real situação? O que existe? Qual é a dívida que existe?

Mais adiante, aí é que vem o mais curioso, vejam o que o Governador diz: "O que desejo neste momento, e transfiro ao Desembargador Munir Karan, é criar uma estrutura legal e que inviabilize que Governos posteriores, tão irresponsáveis quanto o Governo que nos antecedeu, que utilizem indevidamente os recursos da ParanaPrevidência, dinheiro que garante a aposentadoria do funcionário público que dedicou sua vida ao serviço público, não é capital de risco".

Ora! O que é que disse o Governador do Estado do Paraná? Ele reconhece que a ParanaPrevidência é uma empresa sólida e a preocupação do Governador é que

nenhum Governador do futuro use o dinheiro que está depositado na ParanaPrevidência e transfira este para o Tesouro do Estado, para que o funcionário, quando venha a se aposentar, não tenha lastro, não tenha fundo. Foi isso o que entendi que o Governador disse.

Pergunto aos Srs. Deputados, porque existe uma dúvida, o Governador disse o seguinte: que Governadores posteriores não sejam irresponsáveis em relação à ParanaPrevidência. Agora, o que fez o Governador do Estado do Paraná quando foi eleito pela primeira vez Governador? Ele criou um Fundo Previdenciário e logo depois extinguiu o Fundo Previdenciário. E o dinheiro que estava depositado, para garantia, para pagamento dos aposentados, ele transferiu para o Tesouro do Estado. O dinheiro que descontou dos funcionários ele jogou para o Tesouro do Estado. Os aposentados foram pagos pelo Governo do Estado, pelo Tesouro do Estado e constavam na folha de pagamento.

Eu pergunto: o Governador diz que ele espera que Governadores, no futuro, não sejam irresponsáveis e que, em outras palavras, passem a mão na grana do servidor. E ele reconhece que é um dinheiro dos próprios funcionários. Foi com este objetivo que se criou, efetivamente, a ParanaPrevidência.

Ora! Eu disse ontem ou anteontem, aqui da tribuna, que em 1994, 75% da receita do estado estava comprometida com a folha. E por que hoje apenas 50% estão comprometidos com a folha? Por dois motivos: um, é a ParanaPrevidência, que foi criada, que tem lastro, que tem fundo. O segundo, é o incremento que houve na receita do estado, através da industrialização.

Agora, existem todas estas dúvidas que foram levantadas. E tenho a cópia de tudo aquilo que o Governador disse na "escolinha" no dia de ontem. Recebi-as hoje e rapidamente fiz uma leitura e cheguei à seguinte conclusão, Deputado Valdir Rossoni: que volta à Assembléia Legislativa, dizer que estamos estudando para a próxima semana apresentar aqui na Casa, formar uma Comissão Especial, de ouvir exatamente o Sr. Alpendre, os ex-Diretores, os atuais Diretores da ParanaPrevidência, para sabermos a real situação. Já sugerimos e determinamos à nossa assessoria que faça um estudo de que forma vamos apresentar essa Comissão Especial, pois a Assembléia Legislativa não pode se omitir neste momento, porque não se trata de Oposição ou de Situação, mas se trata da vida de milhares e milhares de servidores que estão na ativa e milhares e milhares de servidores que estão inativos e a Assembléia Legislativa tem, exatamente, esse poder de fiscalizar. Ora, o patrimônio da ParanaPrevidência é de R\$ 7 bilhões, maior do que o da COPEL.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Elio Rusch, agradeço o aparte concedido! Duas considerações o senhor já fez e gostaria de reforçar. Primeiro, hoje temos um gasto com o servidor público que

está na faixa de 43%, justamente porque temos tido a complementação ou o pagamento de aposentados e pensionistas também pelo Fundo criado. Um Fundo que, aliás, é bom que se diga que foi bastante caro no sentido não apenas monetário, mas no sentido de ser difícil para todos os paranaenses, porque parte dos royalties de Itaipu foram dissipados, parte de ações das nossas estatais foram colocadas e sabemos que não foi uma situação fácil.

Acho que a ParanaPrevidência, hoje, é um fundo exemplar e é modelo, até porque quando era Vereador nós propusemos e à época era Prefeito o ex-Deputado e atual Secretário Rafael Greca, nós propusemos, assim como fizemos depois com o Prefeito Cássio Taniguchi, que tivéssemos também na Prefeitura Municipal de Curitiba um Fundo semelhante, o que foi rejeitado à época e posteriormente foi implementado.

Mas, o que acho importante é que V. Exa., mais uma vez, coloca um tema que para nós não se trata de um tema que deve ser discutindo sob a ótica de partido A ou partido B, e nesse sentido falava com o Deputado Cheida, vamos propor a esta Casa que realizemos no 2º semestre, porque no primeiro parece-me inviável e seria um tema muito extenso para fazermos com pouco tempo, mas que realizemos no 2º semestre um Seminário, inclusive já entrei em contato com outros Fundos no Brasil que têm condições e têm disponibilidade para vir ao Paraná, em um Seminário sobre a ParanaPrevidência, para apontarmos definitivamente, Deputado Elio Rusch, se há de fato um desequilíbrio, ou não, e se caso esse desequilíbrio exista, se ele pode ser coberto, e se pode ser coberto, conforme já disse aqui o próprio Líder do Governo, em quantos anos deverá ser feito. O que não podemos é ter dúvidas a respeito, inclusive, da saúde financeira do Fundo.

Então, agradeço-lhe por me conceder um aparte e fica aqui, inclusive como convite a V. Exa. para que participe conosco para fazermos esse Seminário no 2º semestre e retirarmos definitivamente as dúvidas que possam existir com relação ao Fundo ParanaPrevidência, que é fundamental para o Paraná, não para agora, mas para os próximos 20, 30 ou 50 anos.

Obrigado pelo aparte!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço, Deputado Tadeu Veneri! Com toda certeza, prazerosamente, participaremos juntos desse Seminário ou Audiências Públicas que serão realizadas aqui na Assembleia Legislativa, porque entendo que é este o momento em que a Assembleia Legislativa deve, ao menos, se colocar ao lado e proteger exatamente os servidores do estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi. Deputado Nelson Justus, o Líder do nosso partido, Deputado Plauto, nos concedeu o horário da Liderança dos Democratas.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Elio Rusch, agradeço o aparte de V. Exa.

Ouvi esses dias que alguém falava aqui - não me lembro qual era o orador - que esse era um problema do Governo, a questão da ParanaPrevidência. Não! Isso não é um problema do Governo, isso é um problema do estado, mas que o Governo tem que responder, porque o Governo é passageiro e o estado é permanente. Há, portanto, que se ter a responsabilidade da Assembleia Legislativa nessa questão da ParanaPrevidência, que é, na nossa opinião, uma das coisas que o estado fez em termos de Previdência do funcionalismo.

Imagino, uso o aparte que V. Exa. me concede para dizer o seguinte: já são dois ou três pronunciamentos que V. Exa. faz a respeito dessa questão e que temos, sim, a responsabilidade. A única coisa que não concordo é com a Comissão Especial. Comissão Especial não funciona, Comissão Especial não resolve; temos que trabalhar isso com a responsabilidade de um Poder. Somos um Poder que representa a população do Paraná, temos responsabilidade com relação às contas públicas do estado e devemos, sim, esclarecer essa situação. Quanto deve? Há quanto tempo não recolhe? Por que não recolhe? Qual, afinal de contas, é o déficit que tem a Previdência, sob pena de sermos irresponsáveis.

Então, acho que temos que fazer Audiência Pública, Seminário, tomar essa questão não como Oposição ou Situação, é uma questão do Poder Legislativo de saber como está a questão da Previdência dos funcionários do Paraná, que não pertencem a um Governo obviamente e que pertencem ao quadro de servidores do estado do Paraná e é de responsabilidade de todo o estado.

Obrigado.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio, escuto com muita atenção. Um dia desses V. Exa. já trouxe em debate, em discussão dentro desta Casa, os problemas que existem lá na ParanaPrevidência, irregularidades claras. Irregularidades essas que vêm à tona por uma denúncia do Dr. Alpendre, que foi um dos Diretores da ParanaPrevidência. Advogado, pessoa preparada, e naturalmente está trazendo as denúncias. Agora, é um negócio interessante que acontece no estado do Paraná: quando alguma denúncia é feita, de irregularidade, dentro do Governo do Estado do Paraná, o Governador Roberto Requião, com a sua inteligência e habilidade política eleitoral, ele sempre faz contra-fogo, quer dizer, as denúncias estão aí, o que acontecia lá? O dirigentes da ParanaPrevidência usavam uma parte dos recursos do Fundo, que são recursos significativos, e usavam esse dinheiro do Fundo para direcioná-lo para algum Banco privado. E nesse direcionamento eles ganhavam comissão deste Banco por levar esses recursos para aplicação nessa entidade financeira. Essa é a denúncia ao Dr. Alpendre, como também há denúncia de falta de repasse, que são obrigatórios, do Poder Executivo para o Fundo de Previdência. E isso, naturalmente, faz com que um dilema, um debate venha à tona.

Sou favorável a uma Comissão de Investigação, por quê? A Comissão tem a prerrogativa de investigar, de convidar, de convocar para que toda essa polêmica que está na grande mídia no estado do Paraná possa ser esclarecida. É o Dr. Alpendre que faz as denúncias e do outro lado o Governador Roberto Requião, dizendo que o Alpendre falta com a verdade, e que ele, Dr. Alpendre, teria feito parte de toda essa irregularidade que existiu dentro da ParanaPrevidência.

Está certo o senhor formar uma Comissão Especial e levar à frente, porque os paranaenses querem saber quem está com a razão: o Dr. Alpendre, que denuncia, ou o Requião, que tenta abafar.

Obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Elio, cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento, me somo à sua decisão de tomarmos essa iniciativa, e dizer, V. Exa. sabe, nós conversamos na segunda-feira quando me ausentei, nossos advogados preparam ação popular, porque há de se responsabilizar o Governo para negociar o que não foi recolhido e que se inicie o recolhimento. Estamos tratando da garantia do recebimento da aposentadoria dos servidores públicos. Temos que fazer um trabalho muito sério, com Audiência Pública, ouvir os servidores, os sindicatos, trazer a realidade dos fatos e obrigar, na Justiça, que recolham o que é devido e comecem a respeitar as determinações da lei.

Muito obrigado!

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Concordo com V. Exa.

A Comissão de Fiscalização poderia investigar isso. V. Exa. faz parte da Comissão de Fiscalização também.

CPI tem seis paradas aqui nesta Casa e nenhuma andou e não se tem notícia se vão andar ou não. Está na hora da Comissão de Fiscalização puxar esse assunto, convocar quem tem que convocar. Existem dois lados, como V. Exa. já falou. De um lado, vimos aqui, na prestação de contas, o Dr. Nestor Bueno disse que não é verdade que esses recursos não estão sendo feitos. É preciso esclarecer, mas antes de qualquer comentário que possamos fazer, é preciso ouvir os dois lados. Parece que está havendo uma guerra política lá na ParanaPrevidência. É preciso investigar antes, para não cometermos um erro com alguém. Fiquei preocupado quando o Deputado Plauto disse que alguém ganhou comissão por aplicar o dinheiro.

Sugiro que a Casa, através da Comissão de Fiscalização, possa pedir a investigação desse caso.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Todos os Deputados estão preocupados com a ParanaPrevidência e com a sua solidez.

O Governo que antecedeu a este, que criou a ParanaPrevidência e que antecipou os royalties da Itaipu, o Governo tomou o cuidado para que os royalties fossem transformados em títulos públicos federais, para capitalizar a ParanaPrevidência.

Quando da criação da lei, se fez de tal forma que nenhum Governo que viesse sucedê-lo pudesse transferir os recursos para o Tesouro do Estado. A não ser que transformasse a ParanaPrevidência em uma autarquia.

Fiquei muito feliz quando o Governador Roberto Requião, no dia de ontem, confirmou que a ParanaPrevidência é uma empresa sólida e que nenhum Governo pode buscar dessa instituição os recursos.

Queremos que seja esclarecido o que está nos ares do Paraná e do Brasil. Qual é a dívida do Paraná com a ParanaPrevidência? Repassa ou não repassa? O que deixou de repassar é a parte patronal ou a parte que o Governo deveria repassar para capitalizar? Essa é a dúvida! O que temos que fazer aqui na Assembléia? Fazer, efetivamente, nosso papel de fiscalizar, trazer aqui para Casa os Diretores da ParanaPrevidência.

Tenho certeza que o Desembargador Munir, que é o Presidente da ParanaPrevidência na atualidade, haverá de fazer a sua auditoria interna independente, como tem anunciado. Acreditamos nele. Agora, a nós Deputados cabe a fiscalização. O que queremos fazer? É criar essa Comissão. Não é uma CPI, Deputado Jocelito. Ninguém falou em CPI. Falamos em uma Comissão Especial, a exemplo daquela que fizemos verificando a invasão das fazendas no estado do Paraná. Aliás, diga-se de passagem, um trabalho belíssimo realizado por esta Comissão e com Deputados integrados nas mais diversas correntes. Uma Comissão com total isenção, imparcialidade e fizemos um relatório que foi aprovado por unanimidade de votos pelos Srs. Parlamentares. É a mesma coisa que queremos fazer com a ParanaPrevidência. Que as dúvidas sejam esclarecidas.

Não sabemos se o Sr. Alpendre falou a verdade ou não. Agora, como é que vamos saber isso? Ouvi-lo, ouvir o Governo, ouvir a Secretaria da Fazenda, ouvir o Presidente da ParanaPrevidência, ouvir seus Diretores, para que isso seja esclarecido. Olha, falou-se tanto, tanto, não quero me tornar cansativo e muito menos chato, mas o que quero dizer, lembrem os Srs. Parlamentares, Deputado Enio Verri, V. Exa. que é um técnico altamente qualificado, fez um excelente trabalho na Secretaria do Planejamento do atual Governo, não podemos brincar com a ParanaPrevidência.

Falou-se tanto da COPEL e volto a dizer, novamente: se tanto defendemos a COPEL, que é uma empresa estatal, é uma empresa do Governo do Estado, mas a ParanaPrevidência tem um capital superior ao da COPEL e a ParanaPrevidência é que cuida da vida dos milhares de funcionários da ativa e, também, da vida dos inativos e pensionistas.

É por essa razão que a Assembléia não pode se omitir neste momento. Devemos ficar ao lado e proteger a vida dos que estão na ativa e daqueles que estão inativos.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Deputado Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

É sabido por todos os Deputados que este ano é ano de eleição municipal. Já falei, aqui desta tribuna, que o PPS trabalha em diversos municípios com a possibilidade de candidatura própria e, também, de uma conversa de uma possível aliança com outros partidos nos 70 principais municípios do estado do Paraná, aqueles municípios que detêm 80% do eleitorado do estado do Paraná, junto com o PSDB, junto com o PDT, junto com o PSB e, também, o Partido Democratas. Há alguns dias conversávamos, participamos de diversas reuniões para articular isso em todo estado do Paraná.

Por que a preocupação dessa conversa, dessa aliança com diversos partidos? Porque aprendi, ainda no SEBRAE, antes de participar e ser militante político partidário, que as coisas acontecem através da política, quando se escolhe bem, se pode governar bem e pode melhorar a vida da população. Agora, se o contrário acontece, Deputado Marcelo Rangel, Deputada Rosane, também pode piorar a vida da população. Então, aqueles que participam da política, sendo candidatos, ou militantes partidários, ou dirigentes de partido, têm que ter essa preocupação.

Ontem foi dito aqui que o PPS estaria apoiando o Prefeito Beto Richa. Mas na condição de Líder do PPS, eu não poderia confirmar essa notícia, porque tínhamos uma reunião para hoje para discutir isso. O que tinha sido decidido ontem era apenas que o PPS Nacional, Deputado Romanelli, tinha deixado a critério do diretório municipal a escolha dessa possível aliança.

Hoje de manhã, V. Exa., que já foi filiado ao PPS, tivemos uma grande reunião com os filiados deste partido, com os dirigentes do partido municipal e também com os pré-candidatos a Vereador, para que em conjunto tomássemos a decisão. Ouvimos todos que se manifestaram e a grande maioria foi favorável a uma aliança já no 1º turno, com o atual Prefeito de Curitiba, Beto Richa. Teríamos que recuar com a nossa candidatura própria, que era o nosso projeto. Para isso foi elaborado um documento, uma proposta de programa mínimo para que fosse selada essa aliança.

Passo a ler este documento que é a base da aliança com o PSDB:

(Lê):

“O PPS de Curitiba tem o propósito de contribuir com propostas específicas para a consolidação de um programa de Governo que leve em conta as questões que o partido julga estratégicas para o desenvolvimento social e econômico da cidade.

A integração da região metropolitana e o modelo de planejamento urbano são temas centrais que, a nosso ver, permeiam todas as demais questões inerentes à gestão de Curitiba e estão a exigir novas equações, sem preconceito e sem o temor de examinar novos paradigmas.

É fundamental que se comece, o quanto antes, a aprofundar o processo de interação sócio-econômica entre os municípios metropolitanos, assim como é vital aprofundar o debate sobre o modelo de planejamento da cidade.

1. Região Metropolitana

Curitiba precisa liderar politicamente o processo de integração com os municípios vizinhos, para avançar em áreas como o meio ambiente e o cumprimento da Agenda 21, a Habitação, a Saúde Pública, a Segurança, a água e o abastecimento alimentar, para citar apenas os tópicos mais relevantes.

É mais que hora de tornar o diálogo metropolitano uma realidade cotidiana, com a adoção de políticas públicas conjuntas que deixem para trás o isolamento que hoje caracteriza as administrações municipais. A qualidade de vida da população de Curitiba não avançará de forma substancial se os problemas das cidades próximas não forem enfrentados de forma coletiva e solidária, com diretrizes de planejamento integrado que envolvam as autoridades locais e as populações de toda a região.

2. Planejamento Urbano

O modelo de planejamento da cidade buscou, ao longo das últimas décadas, conciliar o exame das perspectivas de longo prazo com a solução dos problemas mais imediatos da cidade. Boa parte de seu êxito deve a esta flexibilidade de gestão, que se traduziu em algumas mudanças no plano diretor, sem abalar a coluna dorsal do modelo.

Uma visão mais crítica do processo de planejamento, contudo, desnuda algumas falhas. Seu maior descompasso está relacionado à dimensão social da cidade. As várias gestões foram especialmente criativas no transporte de massa e no desenvolvimento urbano, criando referenciais hoje reconhecidos.

Mas o mesmo não aconteceu em questões relevantes como a Educação, a Saúde, a Segurança e, sobretudo, a moradia popular. A democracia nas relações com a sociedade também ficou em segundo plano.

De certa forma, a gestão atual reconhece essa dificuldade ao priorizar, no orçamento, a construção de escolas, creches e unidades de saúde em regiões da cidade caracterizadas por indicadores de desenvolvimento humano incompatíveis com o discurso oficial.

3. Gestão Pública

O PPS defende a valorização do quadro de servidores com regular realização de concursos públicos. E defende o equilíbrio entre os cargos comissionados e a valorização dos concursados.

É hora de avançar na reconstrução do modelo de planejamento, cujo esgotamento, em várias de suas diretrizes, ameaça comprometer o futuro da cidade.

É hora de aprofundar a gestão democrática parcialmente iniciada na atual gestão - e de conferir maior peso à cidadania nas relações entre sociedade e mercado.

O PPS acredita no planejamento urbano como indutor do desenvolvimento social e econômico, desde que a vontade dos cidadãos prevaleça de forma equilibrada sobre as decisões técnicas.

Os curitibanos têm de ser os agentes ativos deste debate."

Esta é a proposta de programa mínimo do PPS, entregue ao Prefeito Beto Richa e que cumprir isso é o nosso compromisso de campanha. Sem toma lá, dá cá; sem exigir favores; sem exigir vice-candidato a Prefeito. Aliança baseada em propostas.

Antes de concluir, quero conceder o aparte ao Deputado Ademar Traiano, e na sequência ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Douglas, quero falar aqui em nome da Liderança do PSDB neste Parlamento, representando o pensamento de todos os Deputados do PSDB desta Casa. Realmente estivemos presentes, há poucos instantes, na sede do PPS, participando da oficialização dessa aliança entre o PPS e o PSDB aqui em Curitiba, exatamente alinhado em cima de uma proposta de Governo sintonizada com tudo aquilo que está ocorrendo. Aqui no estado e em nível nacional entre os partidos do PPS e do PSDB e vislumbrando, com certeza, uma aliança nacional nas próximas eleições de Presidente da República é que aconteceu esta aliança aqui na capital do estado, em cima de uma proposta de um documento consolidado, discutido na base do PPS, que realmente enobrece o partido e dá, com certeza, uma sustentabilidade muito forte ao PSDB aqui na capital do estado.

Por esta razão, queremos agradecer ao PPS, como Líder do PSDB, e a certeza de que estamos construindo, com esta aliança e com os demais partidos que virão, a eleição do Prefeito Beto Richa ainda no 1º turno.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, fiz uma escolha antes de pensar em me candidatar a Deputado Estadual. Fiz a escolha pelo PPS por sua ideologia, pela sua coerência, mas principalmente pelas suas decisões democráticas, pela sua radicalidade democrática.

Hoje pela manhã, tive verdadeiro orgulho de poder participar do debate e também da votação dos

nossos filiados e pré-candidatos a Vereador aqui por Curitiba, da decisão que o nosso Presidente Rubens Bueno tomou, ao estar presente deste já na campanha do Prefeito Beto Richa. E mais, poderemos colaborar efetivamente para o novo programa de Governo do candidato do PSDB, que estará coligado com o nosso partido, o PPS.

Portanto, tenho orgulho de poder dizer que participo de um partido coerente e estamos consolidando cada dia mais essa coerência através da democracia.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Traiano.

Na semana que vem falaremos mais sobre isso.

Obrigado, Deputada Beti.

A SRA. PRESIDENTE (Beti Pavin)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PTB/PR.

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra Deputado

Ribas Carli Filho.

(Declina)

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Ribas Carli Filho (PSB)

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

"O Projeto de minha autoria, que leva o nº 219/08, tem como objetivo estabelecer normas e prazos para liberação de licenças ambientais por parte do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

O projeto não questiona os critérios técnicos adotados no julgamento dos pedidos, mas, tão-somente, a necessidade de os empreendedores que requerem licença ambiental, terem uma resposta objetiva para suas solicitações.

Estamos falando de investimentos financeiros e também de cuidados com o meio ambiente, dois elos que devem se manter em harmonia. De um lado não podemos atrasar o desenvolvimento; do outro, é nossa obrigação, conosco mesmo, preservar a natureza, para que continue a ser uma fonte perene de vida, para a atual e futuras gerações.

É por isso que o IAP e todos os órgãos ambientais seguem regras estritas, para que suas ações possam atender às demandas do setor empresarial, dos investidores, sempre com atenção para as questões ecológicas.

Por estarmos lidando com regras, com legislação, é que tomei a iniciativa de apresentar este projeto de lei. É imperativo, inadiável, que o IAP seja regido por uma lei fixando prazos para os solicitantes.

O projeto que estamos apresentando é fruto de uma distorção que não deveria estar acontecendo. Atualmente, os empreendedores amargam uma longa espera para seus pedidos, não sabendo se o requerimento será aceito ou

reprovado. O tempo de espera fica ao bel-prazer do IAP, se tem funcionários ou não para dar conta do volume de solicitações, se há vontade política para isso.

Enquanto isso, os investidores acumulam prejuízos, deixam de aplicar num projeto que poderá gerar receita para o estado, emprego para os trabalhadores, dividendos econômicos para o empresário.

Com base num estudo, concluímos que o ideal é o IAP cumprir as seguintes datas e condições:

- 30 dias contados da primeira inspeção feita pelo IAP no caso de licença prévia;
- 45 dias contados da primeira inspeção feita pelo IAP no caso de licença de operação;
- 45 dias contados da primeira inspeção feita pelo IAP no caso de licença de instalação.

Parágrafo Único. A primeira inspeção do IAP será realizada em até 15 dias contados da data de protocolo do pedido para a concessão da licença.

O projeto prevê, ainda, que sendo negada a concessão da licença ambiental, o IAP deverá, no momento da decisão:

- informar todas as razões que motivaram a denegação do pedido de licença;
- listar todas as eventuais readequações ou quaisquer outras medidas que deverão ser implementadas pelo solicitante para a concessão da licença;
- denegada a concessão da licença o solicitante deverá implementar todas as readequações ou realizar quaisquer outras medidas apontadas pelo IAP no momento da decisão antes de requerer uma 2ª inspeção técnica.

Estabelece, também, que as readequações e medidas acima referidas para a concessão da licença ambiental, deverão ser todas apontadas pelo IAP em um único momento, juntamente com a decisão denegando a licença, não sendo possível ao IAP fazê-lo após a 2ª inspeção.

E que, após a 2ª inspeção o IAP publicará a decisão referente à concessão da licença ambiental solicitada, observados os prazos previstos no artigo 1º.

Por fim, determina que, não havendo cumprimento dos prazos estabelecidos na presente lei, por parte do IAP, a licença passa a vigorar automaticamente para que o solicitante possa dar andamento ao seu projeto.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

A situação que enfrentamos no Paraná, não é diferente de muitos locais no restante do Brasil. O próprio Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o CONFEA, tem alertado os órgãos competentes para a morosidade na liberação dos processos e o dano que isso tem causado à economia.

Chega-se a dizer que as leis, em si, não criam dificuldades, e sim a análise na aplicação das regras, o excesso de burocracia, a falta de agilidade e amorosidade nas decisões.

A Confederação Nacional da Indústria - CNI, já publicou uma pesquisa, igualmente alertando para os problemas decorrentes da letargia dos órgãos oficiais, A CNI concluiu:

‘A demora na análise dos pedidos de licenciamento ambiental e os requisitos exagerados da regulamentação ambiental são por vezes, inadequados do ponto de vista da aplicabilidade técnica e dos aspectos de sustentabilidade econômica.’

No meio de tanta controvérsia, não se desmerecendo, em momento algum a posição das entidades ambientalistas, a preocupação com a ecologia e a preservação do meio ambiente, encontramos uma posição do IBAMA nesse tocante. O IBAMA aventa a hipótese de uma mudança na legislação, deixando claras as competências dos estados, municípios e da união. A grande celeuma é saber quem é quem, quem responde pelo quê, o que é competência do estado, do município ou do Governo Federal.

Não desconhecemos o esforço dos técnicos do Instituto Ambiental do Paraná. Nosso objetivo não é fazer críticas, questionar intenções. Sabemos, muito bem, que a agilidade nos processos representa ampliar o quadro de técnicos, para dar conta do volume de pedidos nos prazos estabelecidos. Essa é uma questão que deverá ser analisada pela direção do IAP junto ao Governo do Estado.

O que nos compete, enquanto Deputados Estaduais, é observar a situação enfrentada pela comunidade empresarial, que é totalmente negativa no momento, de encontrarmos uma solução para acabar ou minimizar com a demora nas análises e liberações das licenças ambientais.

Tenho plena certeza que esta Casa de Leis cumprirá um grande serviço à economia do Paraná, aprovando o projeto de lei, por extensão servindo à população, com mais empregos, mais investimentos econômicos. E, acima de tudo, mantendo as regras ambientais, preservando o meio ambiente.”

Obrigado a todos.

Então, Srs. Deputados, estamos aqui de uma forma muito sucinta, listando aos senhores, o projeto que foi apresentado nesta Casa de Leis para que possamos, realmente, organizar a maneira como o Instituto Ambiental do Paraná trata os nossos agricultores, os nossos empresários que muitas vezes precisam de uma licença para uma instalação ambiental e muitos casos ficam realmente ao bel-prazer dos funcionários que não lhes dão respostas. O atraso acarreta prejuízos, o atraso acarreta dúvidas por parte de muitos até pequenos agricultores e empresários do interior do estado do Paraná, que têm dificuldades de a todo momento ficar se deslocando à capital do estado e sem condições, muitas vezes, de pegar dois, três, quatro ônibus, de ter um pernoite aqui na capital do estado, para poder ter uma licença e não são atendidos, porque o IAP não tem um prazo fixado, não coordena desta forma.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas) (Aparte)

Quero parabenizar sua iniciativa. Todos somos sabedores que o tempo que demora para termos uma resposta dos órgãos ambientais são tempos longos. Meses e meses

quando não anos. É demorado para se ter uma resposta do órgão ambiental, quando se pede uma licença, sendo ela para a área da agricultura, da indústria, enfim, como um todo. Este projeto vai estipular prazos. Se os órgãos ambientais, podem dar a resposta quando bem entendem, é justo que tenhamos uma lei dizendo qual é o prazo para que eles respondam à consulta feita pelo cidadão paranaense e, naturalmente para que este possa dar um direcionamento para o seu negócio.

Parabéns pelo projeto. Vamos discutir. Vamos, com certeza, numa ampla discussão, aprovar neste Plenário e que ele possa ajudar o desenvolvimento do estado do Paraná, porque da forma como está hoje, os órgãos ambientais têm, sim, atrapalhado o desenvolvimento do nosso estado e do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço ao Deputado Plauto Miró Guimarães e quero dizer que, estamos aqui protocolando um projeto que pode ser amplamente discutido nesta Casa de Leis, através de um estudo nós estipulamos alguns prazos. Mas, queremos conversar, discutir a validade de tudo isto, porque acho fundamental nós estipularmos prazos para que estas autorizações e licenças sejam concedidas.

Quero ouvir com muito prazer um professor no assunto, o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)

Muito obrigado, Deputado. Sou forçado a dizer a V. Exa. o que já lhe dizia em particular, quando V. Exa. me apresentava a idéia do projeto. Acho o projeto meritório e ele vai, no mínimo, estimular uma grande discussão, necessária, a respeito dos recursos humanos no IAP. O IAP está absolutamente defasado em número de pessoal. E há uma previsão de que nos próximos três anos, cerca de 40% dos técnicos se aposentem. Isto vai significar absolutamente o caos dentro do Instituto.

É preciso, sem dúvida nenhuma, se discutir. Seu projeto estimula esta discussão. Acho que tem alguns problemas, claro. Por exemplo, gostaria de apontar que no caso de licenças que demandem relatórios de impacto ambiental, o RIMA, são licenças mais demoradas, não dá pra estipular um prazo tão pequeno, porque dependem de estudos.

Mas, no conjunto, é extremamente meritório e vai provocar esta discussão. Acredito até, e digo isto sem temor nenhum de estar dizendo alguma bobagem, que os próprios funcionários do IAP devem estar aplaudindo este seu projeto, porque ele vai, efetivamente, colocar em xeque os prazos. E os prazos decorrem não porque os funcionários sejam indolentes ou incapazes, mas porque são poucos.

Há oito anos atrás tínhamos aproximadamente 1.200 técnicos, servidores do IAP. Hoje, não passam de 500. Então, houve uma redução enquanto a questão ambiental aumentou a importância. Mas, parabéns e vamos discutir o assunto com grande prazer.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço, Deputado. Se não existe um corpo técnico, talvez, em quantidade, quero dizer que não é o empresário, o agricultor, o cidadão paranaense e acredito que você concorda com isso, que tem que pagar o preço. O Governo do Estado, suas Secretarias é que têm que se estabelecer e se readequarem para que o cidadão possa ser atendido.

Pode ter certeza de que vamos discutir estes prazos, trabalhar de uma forma extremamente técnica, para que possamos ter um projeto que venha agradar a todos os paranaenses.

Concedo um aparte ao Deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Carli, quero me somar ao vosso pronunciamento e dizer que a nossa região, assim como todo o estado do Paraná, tem essa preocupação. No meu 1º mandato fiz um projeto semelhante, imputando 60 dias de prazo com uma prorrogação de mais 60. Na oportunidade não tivemos êxito na tramitação daquele projeto.

Quero dizer a V. Exa. que essa, é uma necessidade e uma preocupação que temos. Apoiamos o seu projeto e coloco inclusive aquele meu projeto e as observações feitas naquela oportunidade para auxiliar na tramitação desse vosso projeto. Que é uma idéia muito importante e necessária para agilizar a tramitação de procedimentos, inclusive imputando responsabilidade em caso de morosidade na tramitação do processo. Tive a experiência de uma secretária que pediu para cortar um pinheiro e demoraram mais de um ano para autorizar o corte do pinheiro, de repente veio um vendaval, caiu um galho na casa da moça, ela perdeu a casa e ninguém foi responsabilizado.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Agradeço ao Deputado Artagão! Tenho certeza que todas as Bancadas desta Casa, seja Oposição ou Situação, peço a ajuda de V. Exas. para que possamos aprovar este projeto, para que possamos obter êxito e atender assim os empresários paranaenses.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, passamos a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado Luiz Malucelli trouxe um tema importante ao debate nesta Casa relativo ao Sistema S. Particularmente, tenho o maior respeito pelo Sistema S, sei da importância desse Sistema, fui Prefeito de Ponta Grossa e um dos projetos que era nosso sonho, mas infelizmente não houve tempo, era a construção de uma universidade

popular de Ponta Grossa, que previa uma parceria com o Sistema S. Mas, com todo o respeito ao Sistema, entendo que o projeto do Governo é um enorme avanço, uma modernidade à democratização cada vez mais profunda da sociedade brasileira e um avanço no sentido da liberdade do trabalhador. Toda a história do próprio capitalismo vai nesse sentido, basta dizer que historicamente passamos da mão-de-obra escrava, que havia controle total sobre o trabalhador, depois os bairros operários, quando os empresários, para preservar a mão-de-obra, ofereciam uma casa ao trabalhador, que ao mesmo tempo ficava meio que restrito àquela empresa, porque precisava da casa para viver, até que o estado brasileiro passa a fazer habitação com recursos públicos e assim por diante.

Ora, o projeto do Ministério da Educação, diga-se de passagem, está provocando uma revolução no processo educacional brasileiro através do Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, que é um projeto que deve ser apoiado por toda a sociedade brasileira. Do que trata o projeto?

Os fundamentos principais, os cinco pontos que mudam a situação do Sistema S são os seguintes:

Gratuidade - o Governo cria um fundo, que recebe os recursos e vai passar para o próprio Sistema todos esses recursos e não vai ficar com nenhum centavo para ele, mas apenas vai passar segundo alguns critérios diferentes dos critérios atuais. Vai exigir a gratuidade, porque hoje uma parte significativa dos cursos profissionalizantes do Sistema S são pagos pelo trabalhador e o Sistema recebe de R\$ 8 a 11 bilhões por ano, dos 2,5% arrecadados sobre a folha de pagamento. Como os recursos do Sistema S são públicos, arrecadados por contribuição compulsória de 2,5 sobre a folha de pagamento das empresas, portanto deve financiar a gratuidade. A exigência desse fundo e do projeto de lei é que o Sistema ofereça cursos gratuitos para todos os trabalhadores. Pode oferecer curso pago, mas aí não pode usar os recursos do Sistema.

Desempenho - o Sistema S remunera cada unidade estadual com valor fixo, ou seja, o que o Paraná arrecada fica aqui, independente do número de matrículas gratuitas e da qualidade dos cursos que oferece. A proposta do fundo do Ministério de Educação prevê a participação dos recursos dentro do sistema, levando em conta duas variáveis: quantidade e qualidade. Então, as unidades da Federação do SENAI vão receber recursos conforme o número de vagas ofertadas, e a qualidade desses cursos. Terceiro princípio que é muito importante, que é uma mudança, escolaridade, o projeto do Governo Federal propõe que o trabalhador que usufruir de curso profissional gratuito, invista em contrapartida na sua própria escolaridade, seja fazendo o ensino fundamental médio regular, ou a educação de jovens e adultos. Os cursos técnicos, acompanhados de ampliação da escolaridade, reduzem a necessidade de uma qualificação posterior.

(Lê):

“Os cinco pontos fundamentais da reforma do Sistema S

Melhorar a qualidade da formação profissional dos trabalhos e jovens brasileiros é o objetivo da mudança do Sistema S proposta pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad. O Sistema, que é constituído por 11 entidades, entre elas, SENAI, SENAC e SEBRAE, arrecada hoje mais de R\$ 8 bilhões anuais. Dados do MEC indicam que, utilizando R\$ 3,2 bilhões dessa quantia, daria para qualificar 800 mil trabalhadores por ano, em cursos técnico-profissionais de 800 horas.

Cinco pontos da mudança

Gratuidade - os recursos do Sistema S são públicos, arrecadados por contribuição compulsória de 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas e, portanto, devem financiar a gratuidade.

Desempenho - O Sistema S remunera cada unidade estadual com um valor fixo, independente do número de matrículas gratuitas e da qualidade dos cursos que oferece. A proposta prevê a repartição dos recursos dentro do Sistema, levando em conta duas variáveis: quantidade de qualidade.

Escolaridade - O projeto do Governo Federal propõe que o trabalhador que usufruir de curso profissional gratuito invista, em contrapartida, na sua escolaridade, seja fazendo o ensino fundamental, médio regular ou a educação de jovens e adultos. Os cursos técnicos, acompanhados de ampliação da escolaridade, reduzem a necessidade de uma qualificação posterior.

Carga Horária - Hoje, muitos cursos gratuitos oferecidos pelo Sistema S são rápidos, com cargas que variam de 20 a 60 horas. A proposta do Governo Federal é que os cursos sejam de 800 horas, divididas em módulos de 200 horas, de forma a oferecer ao trabalhador um aperfeiçoamento contínuo na mesma área profissional. A idéia do projeto é aumentar os cursos de certificação técnica de nível médio, associando formação geral e formação específica.

Itinerário formativo - Ao fazer o curso por módulos de 200 horas, o Governo Federal propõe que o trabalhador se aperfeiçoe na área escolhida. Isso cria duas alternativas: o trabalhador passa a investir numa profissão e o Sistema pode se programar para atender às demandas geradas do primeiro curso onde o trabalhador se inscreveu.”

Ou seja, é um projeto radicalmente democrático, que fala inclusive da liberdade do trabalhador. O trabalhador não pode ficar vinculado totalmente a um curso de curta duração que interessa a uma empresa x, ele tem que fazer esse curso, mas tem que ter uma formação geral que lhe dê a liberdade de escolha do trabalho, isso é bom para todas essas empresas, é bom para o Brasil, e isso permite uma redistribuição regional de recursos, e nós sabemos que a desigualdade social e a concentração de riquezas se reproduz no espaço, ela se reproduz com a desigualdade do território, e aqueles que almejam uma sociedade mais democrática, mais fraterna, mais justa, devem propor também a redistribuição de recurso territorial no nordeste. Não é porque lá tem menos indústrias, por enquanto, que o trabalhador não mereça curso profissional que tem menos recurso.

Então, acho que o Sistema é excepcional, o Ministro tem debatido com muita galhardia, com muita educação, mas com muita coragem e com muita propriedade, sabendo exatamente o que ele quer, e o que o projeto propõe. Só para se ter uma idéia, eu li um artigo de uma Vereadora do nosso partido aqui de Curitiba, professora Josete, muito interessante, e ela coloca, só um exemplo: “Os recursos do Sistema S são garantidos.” Este valor entre 8 bilhões e 11 bilhões de 2007 é um orçamento três, ou quatro e meio vezes maior do que o município de Curitiba. A distribuição de recursos seria feita pelo desempenho, propõe o projeto, e pela capacidade de oferecer cursos gratuitos. Hoje as unidades recebem as suas verbas independente dos serviços prestados. E ela dá um exemplo muito importante: em quanto custa o aluno, ela pegou o número de vagas que o Sistema S oferece no Brasil e fez um cálculo de custo/aluno, enquanto que o custo/aluno de uma escola técnica federal, ninguém questiona qualidade das nossas escolas técnicas, o maior privilégio de uma cidade é ter um CEFET.

Em Ponta Grossa foi uma grande coisa quando o Prefeito atual na outra gestão recebeu o CEFET, isso marcou uma época na cidade e em toda a região. Enquanto custa o aluno de uma escola técnica federal como UFPR R\$ 3 mil, do Sistema S é R\$ 10 mil. Então, veja, o Governo não quer se apropriar de recursos, o recurso todo vai para o Sistema, o Governo não vai ficar com um centavo sequer desse dinheiro, apenas ele tem um fundo, e a forma de distribuição desses recursos serão feitas segundo critérios distintos, diferentes. Acho que todos nós devemos enaltecer essa proposta do Governo Federal. Por outro lado, tenho aqui uma pesquisa da revista Exame sobre o Sistema S consultando os próprios empresários. Pesquisa feita com empresários. Com a palavra os financiadores de supostos beneficiários do Sistema S, as empresas brasileiras.

A revista Exame realizou uma pesquisa com 278 empresas, entre grandes, médias e pequenas. E a principal conclusão é que elas, sem distinção de porte, não estão satisfeitas. De cada 10 companhias consultadas, sete se manifestaram contrárias ao pilar do Sistema S, a obrigatoriedade da contribuição. E 80% delas declararam que preferiam usar o dinheiro para treinar por conta própria os funcionários. Apenas 19% das empresas que responderam a pesquisa consideram a administração transparente e 52% disseram sem condições de avaliar.

Então, os próprios empresários entendem, defendem e o Governo defende também, mas que tenham mais condições de saber o que está acontecendo. A democratização do Sistema, ampliando a carga horária dos cursos oferecidos, obrigando a gratuidade dos cursos e dando uma qualificação geral para o trabalhador. Que não obrigue, através do curso ser mão-de-obra garantida para tal empresa. Que ele tenha, não só as condições de suprir a demanda momentânea da empresa, mas que tenha adquirido capacidade técnica profissional que lhe dê a liberdade

de poder procurar outro emprego. Isso tem uma função estrutural, que aprofunda a distribuição de renda.

Quanto maior o número de trabalhador qualificado com condições de escolher empresas, mais liberdade para o trabalho, isso é bom para o próprio capital que se tem interesse social e não apenas o interesse da lucratividade.

Existem posições diferenciadas entre intelectuais, mas é um debate que merece ser aprofundado.

No meu ponto de vista, é muito bom para o Brasil, para a educação e para a qualificação profissional dos nossos trabalhadores que esse projeto seja aprovado.

Gostaria de elogiar o projeto do Deputado Ribas Carli, mas entende que deveríamos colocar com mais intensidade as universidades públicas paranaenses para trabalhar sobre o meio ambiente. Pois têm corpo técnico-científico capaz de emitir laudos, fazer análises em parceria com o IAP, e que daria um ritmo muito mais ágil para o nosso órgão ambiental.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário do PMDB com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Comecei o meu dia feliz hoje, porque comecei o dia conversando com os professores e recebi uma notícia que deve motivar a todos e nos encher de orgulho. Estão saindo os dados do IDEB. O Ministério da Educação está divulgando. É algo fantástico! Demos um salto de 2005 para 2007 o estado do Paraná. Considerando a média dos índices do IDEB, o Paraná foi o estado com melhor desempenho no país. O Paraná alcançou o 1º lugar nas séries iniciais do ensino fundamental, com uma nota cinco, junto com o distrito federal. E também no ensino médio, 1º lugar, com a nota quatro, empatado com Santa Catarina. Ficou em 2º lugar nas séries finais do ensino fundamental - 4,2 - apenas abaixo de São Paulo e Santa Catarina, que tiveram o resultado um décimo maior.

Houve uma significativa melhora em relação ao IDEB de 2005, quando o Paraná ocupava a 3ª posição nas séries iniciais do ensino fundamental e no ensino médio e o 4º lugar nas séries finais do ensino fundamental. O estado, também, foi o único da região sul a conseguir resultados positivos em todos os níveis e etapas e de ensino no que tange à nota, ou seja, no rendimento escolar e fluxo, aprovação de alunos, poucos estados brasileiros alcançaram esse feito. No índice de fluxo de aprovação, o Paraná foi o que melhor obteve um percentual, ou seja, os resultados obtidos pelo IDEB em 2007 indicam que o estado já alcançou as metas previstas para 2013, Deputado Péricles, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Quero parabenizar o Secretário da Educação, Maurício Requião. Quero parabenizar a toda equipe da Secretaria da Educação, a Diretora Geral, a Yvelise Arco-Verde, a todas as pessoas que estão dedicadas à Educação porque, inegavelmente, os nossos professores e professoras, aliás, essa multidão, essa legião de professores que nas nossas escolas fazem essa diferença. Entendo que há uma resposta efetiva do Magistério paranaense, dos nossos Diretores e Diretoras da rede pública estadual e, também, claro, municipal, porque o IDEB inclui aqui da 1ª a 4ª séries, o esforço que os Secretários Municipais, os professores, os Diretores do ensino municipal, ou seja, um esforço a favor da Educação.

Não conversei, ainda, com o Governador Requião, mas ele deve estar muito feliz, porque todos nós sabemos qual é o estado da federação que investe mais em Educação, é o Paraná. Trinta por cento nós investimos, hoje, na Educação, e isso é fruto de decisão de Governo, não é uma decisão isolada. Então, esse esforço, Deputado Péricles, V. Exa. como Presidente da Comissão de Educação desta Casa e educador que é, sabe o que significa isso para quem acredita na Educação, como a forma de transformação de uma sociedade.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Romanelli, parabéns pelo pronunciamento. Acho que todos devemos comemorar esses índices, mostrar o retorno que o investimento em Educação provoca, pela dedicação dos nossos professores e funcionários nas escolas, alunos e assim por diante. Por isso, tenho uma convicção absoluta, Deputado Romanelli, mesmo nos momentos mais difíceis, quando houve, agora, o movimento da APP - Sindicato que, infelizmente, não pudemos conseguir que eles fossem recebidos, escrevi um artigo para um jornal de Ponta Grossa, no outro dia, dizendo que tinha certeza absoluta que o Governo iria continuar neste caminho - Governo que defendo nesta Casa - mesmo que, às vezes, não seja no tempo que os movimentos sociais desejam.

Pelo que já aconteceu no Governo Requião, o aumento no ano passado, tenho certeza, e ainda mais com esse índice maravilhoso, mostra como é que reagem os professores, profissionais de Educação e funcionários quando tem um órgão, um Secretário, um Governo voltado para melhoria das condições de trabalho dos profissionais de Educação. Tenho certeza absoluta que os professores devem se animar, os funcionários, porque o Governador vai dar um aumento diferenciado. Claro que não aquilo que os professores e nós esperamos, pois isso é impossível, mas ele vai continuar na mesma linha do ano passado, progressivamente aumentando e melhorando as condições de trabalho dos professores.

Estou pedindo paciência nesta Casa, porque temos uma emenda constitucional da aposentadoria para Diretores e pedagogos e tenho certeza que, o mais breve possível,

teremos aprovado este projeto e os Diretores e pedagogos poderão se aposentar no mesmo tempo que os professores, porque, efetivamente, são professores concursados.

Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Péricles, pelo aparte.

Não tenho dúvida que temos grandes avanços ainda a fazer na área da Educação, mas o que já estamos conquistando é muito e entendo, Deputado Péricles, que eventuais tensões que existem entre Governo e APP-Sindicato fazem parte do processo democrático. Todos sabem da dedicação do Secretário Maurício Requião, do empenho, da decisão e da determinação do Governador Requião. Ao mesmo tempo que todos nós que integramos a base de sustentação do Governo nesta Casa temos com a Educação, com a transformação da sociedade. Não com o discurso fácil, mas com a prática, que é construída em cada sala de aula, como também a valorização do Magistério, seja através das novas tecnologias, das reformas, das construções, das ampliações das escolas públicas estaduais, ou do PDE, ou principalmente da valorização salarial dos servidores da área da Educação, do novo plano de cargos e salários que vamos ter para os servidores das escolas estaduais.

É claro que o Governo sempre estará aberto para discutir a possibilidade do avanço salarial para os professores. Não é com o discurso fácil que vai se modificar a realidade de caixa. Vamos trabalhar para modificar essa realidade.

Hoje é um dia de comemoração e de alegria com esses índices. Os alunos das escolas públicas demonstram, através desse resultado, a resposta aos estímulos que os Srs. professores, na realidade social, a cada dia constroem em uma sala de aula. Isso é motivo de orgulho para todos os paranaenses. Mesmo aqueles que são críticos contumazes ao nosso Governo terão a grandeza de reconhecer esse esforço coletivo, feito pela área de Educação em nosso estado. Temos que comemorar, embora reconheçamos que temos muito que avançar ainda.

Sr. Presidente, lamenta-se aqui uma decisão da Desembargadora Federal Sílvia Maria Gonçalves, que é Presidenta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Ela suspendeu a eficácia da decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que a partir de amanhã, às zero hora de hoje, fecharia a praça de pedágio de Jacarezinho. Tomou uma decisão com base em um requerimento da Econorte, mas tenho certeza que vamos resistir. Resistirá a professora Ana Lúcia Bacon, que é Presidenta da APP-Sindicato de Jacarezinho, junto com as demais companheiras e companheiros do Movimento pelo Fim do Pedágio.

Foi tomada a primeira decisão pelo Juiz Federal de Jacarezinho, que está ao lado do problema, jovem, mas extremamente competente, Mauro. Eu o conheço, uma pessoa íntegra, como todo Magistrado, um homem do seu tempo, mas mais do que tudo, comprometido.

Fico muito feliz em ter um Juiz como esse. Aliás, de todos os Juízes Federais, foi o único que não concedeu interdito proibitório contra as entidades que pretendiam se manifestar no mês de dezembro próximo passado.

Ao mesmo tempo, a decisão da Presidência poderá e deverá ser revista pelo próprio Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Ganhamos na 3ª Turma por 2x1. Foi vencido o Relator e conseguimos duas decisões favoráveis ao fechamento da praça de pedágio.

É um escândalo, Deputado Cheida, V. Exa. que conhece bem aquela região, R\$ 5 milhões engordam o caixa da Econorte todo mês só naquela praça de pedágio. E olha que a Econorte é dona de quatro praças de pedágio. Estrangula o desenvolvimento do norte do Paraná, especialmente o norte pioneiro. E é uma vergonha, de fato, verificar que o Governo passado deu de presente as rodovias paranaenses. Sinceramente, fico entristecido em ver que as nossas rodovias foram entregues à sanha dos especuladores que ganham dinheiro fácil com as rodovias do Paraná. Só uma praça de pedágio arrecada 5 milhões por mês. A praça de pedágio de Arapongas é R\$ 200 mil por dia que entra de dinheiro vivo. E qual o investimento? Nenhum. Aquilo estava tudo construído, é só dinheiro líquido que entra no caixa dessas empresas. E quem paga a conta são as empresas, os caminhoneiros, os trabalhadores, os estudantes.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Me concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço e apenas para dizer a V. Exa. que não é demais lembrar que as ações na Justiça que o Tribunal da 4ª Região tem acolhido, elas estão sendo acolhidas porque aquela praça está em local absolutamente ilegal. Isso comprovadamente por medições claras, objetivas. Deixou de ser uma questão ideológica. É uma questão de medidas e ela está fora do local, com um pedágio que cobra um bairro de uma cidade e mais do que isso, a legislação, a Constituição Federal não ampara esse tipo de situação, porque ela ampara um pedágio intermunicipal, interestadual, mas jamais dentro da mesma cidade. Essa é uma das razões.

V. Exa. está coberto de razão e é preciso homenagear, de fato, os professores, principalmente da APP, na pessoa da professora Ana Lucia, que tem uma lucidez extraordinária. V. Exa. que tem sido um dos pioneiros nesta luta também deve ser aqui lembrado e homenageado, Deputado Romanelli.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Cheida. Não tenho dúvidas que vamos conseguir vencer. Confio na Justiça Federal, há Juízes neste nosso país, pessoas corretas e que à luz do Direito vão modificar essa decisão injusta com o povo de Jacarezinho.

Ao mesmo tempo, queria responder ao Deputado Elio Rusch. Quando V. Exa. falou em Comissão aqui, hoje, vi gente assanhada. E a verdade é a seguinte: o tema que envolve a ParanaPrevidência, V. Exa. pode perceber que muitas vezes verificamos o seguinte: há uma instituição chamada ParanaPrevidência, que é o órgão gestor de dois fundos. O Fundo Previdenciário, que tem R\$ 4 bilhões; na verdade tem 98% investido em título público federal, que vai render no mínimo 12% este ano. Vai ter pelo menos 4 bilhões e 500 milhões no final deste ano, capitalizando esse Fundo. Ao mesmo tempo, temos o Fundo Financeiro, que é o que paga as aposentadorias. Folha de salários dos inativos do estado, em maio de 2008: R\$ 195 milhões. Quanto que sai direto do caixa do Tesouro? Cento e sessenta e nove milhões de reais. O restante, R\$ 26 milhões, é dinheiro que foi metade pago pelos servidores públicos, descontados no seu contracheque, a razão de 10%. É 10 e 14% a alíquota, mas a grande maioria entrou na Justiça e a Justiça acabou a alíquota de 14%. E o restante, a outra metade é paga pelo empregador, no caso o estado, então 13 milhões dos servidores, 13 milhões do estado. Só que está difícil de as pessoas entenderem isso, como funciona esse sistema. Agora, a ParanaPrevidência tem um Conselho de Investimento que é paritário, tem representantes do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, das entidades dos servidores públicos e do Governo. Esse Conselho é paritário, tem uma gestão transparente da aplicação desses recursos.

A verdade é que recebi um documento aqui que, esse sim, deve ser merecedor do debate e da discussão nesta Casa, porque em 2.000, no Governo anterior, quando foram feitas as negociações, antecipação dos royalties da Itaipu, que é o dinheiro que de fato deu a base, na verdade pegaram o dinheiro que entrava todo mês no estado e falaram: "Vamos fazer uma antecipação financeira, vamos antecipar o dinheiro dos royalties do ano de 2.000 até 2.020, vamos antecipar 20 anos de royalties". O que acabou acontecendo? Naquela pressa de negociar com o Governo, o Governo Federal impôs uma condição: "Não vou dar em dinheiro para vocês, só dou em título público, certificado financeiro." Foi o que eles fizeram, deram certificado financeiro e com prazo para começar inclusive a poder sacar. Dinheiro não podia, eles conheciam com quem estavam lidando, então eles certamente tomaram uma série de cuidados, mesmo porque era o Governo do Fernando Henrique. Tomaram cuidado porque sabiam que estava do outro lado do balcão.

Mas o mais interessante disso tudo, Deputado Elio Rusch, é que foi constatado, através de uma perícia que foi feita através da Itaipu Binacional, que aquilo que foi vendido por R\$ 1 bilhão e 200 milhões, V. Exa. sabem quanto vale isso? Três bilhões! Trazendo para o valor presente, colocando em números de hoje, isso aqui, sabe quanto estamos perdendo por esta negociação mal feita para o estado do Paraná? Um bilhão e 500 milhões de reais! É muito dinheiro! Está documentado isso e isso tem que ser motivo e é motivo de um pleito que o estado

do Paraná faz diretamente à ANEEL para poder reivindicar o pagamento desse dinheiro, porque é a constatação do que deveria e do que foi pago.

Vejam o tamanho do rombo que o Paraná está tendo e não é a ParanaPrevidência, nada a ver com a ParanaPrevidência neste caso. Aqui só tem uma má negociação, feita na antecipação de um contrato que acabou sendo lesivo com a união!

O Governo do Mato Grosso teve o mesmo problema. Sabe o que eles fizeram, Deputado Elio Rusch? Apresentaram esse estudo, e o que o Governo Federal fez com o Governador do Mato Grosso do Sul, que era ainda Governador Zeca do PT? Pagou a conta, pagou a conta! Para o estado do Paraná, sabe o que eles fizeram? Nada! Não respondem, simplesmente não respondem ao pleito do estado do Paraná, não dizem sim nem não, simplesmente ignoram o nosso pedido e é R\$ 1 bilhão e 500 milhões! Esse dinheiro podia ser colocado todo no Fundo Previdenciário do ParanaPrevidência!

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que este tema é um tema que tem que ser debatido, mas debatido com lucidez, porque temos que ter muita responsabilidade. Estamos tratando com a aposentadoria dos servidores e os servidores públicos do Paraná são merecedores do nosso respeito e têm que ter muita segurança na sua aposentadoria. O nosso Governo está pagando direitinho o servidor público. Paga toda a conta. Além dos 195 milhões, como eu disse, exatamente 169 milhões, 170 milhões é o estado que paga do caixa. E vai pagar isso sempre. Em 2020 talvez equalizemos isto. Metade do dinheiro é pago pelo estado e metade pelo Fundo de Previdência. O estado sempre vai ter que pagar uma parte. Mas, diminui. Exonera um pouco, para poder pagar até melhor salário. Mas é uma equação que temos que compreender, com responsabilidade.

Agora, entendo que eventuais discussões, V. Exa. pode encaminhar os pedidos de informações, temos a Comissão de Fiscalização que pode aprofundar esta discussão. O tema tem que ser tratado com muita serenidade e responsabilidade, que eu sei que V. Exa., Deputado Elio Rusch, é portador.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Há um Requerimento nº 1538 apresentado à Mesa pela Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, que requer a antecipação da Sessão Ordinária do dia 12 de junho, quinta-feira, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, e a diminuição de interstício. **Aprovado.** Portanto, após esta Sessão, teremos nova Sessão Ordinária.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 130/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - CRISTO, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 130/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - CRISTO - Chácara Peniel em Cristo, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/06/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 198/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Marialva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/08, de autoria do Deputado Luiz Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Vagner Nunes, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCI. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Beltroense de Bolão-ABEL, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Indústria de Móveis - Pró Móveis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/07, de 10/07/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 499/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Malucelli, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Indústria de Móveis.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso V, diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 28/08/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 499/07

P A R E C E R :

Louvável a iniciativa do nobre e competente Deputado Luiz Malucelli.

O fato de beneficiar as empresas do ramo de móveis é de grande importância, uma vez que este segmento da indústria paranaense tende a crescer, tendo como consequência a geração de inúmeros postos de trabalho, o que irá favorecer a grande quantidade de trabalhadores que atuam nesta área.

Com os parabéns pela iniciativa, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05/09/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
TURISMO E MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 499/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Indústria de Móveis - Pró Móveis.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta Comissão, pois visa a estimular o desenvolvimento econômico e social no estado do Paraná.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Finanças, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 13/11/07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga - APAE de Astorga, com sede e foro na cidade de Astorga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/08, de 14/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga - APAE de Astorga, com sede e foro na cidade de Astorga.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação Cidadania em Ação - Voluntariado da Justiça Federal do Paraná, com sede e foro nesta capital do estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 058/08, de 28/05/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 236/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública estadual a Associação Cidadania em Ação - Voluntariado da Justiça Federal do Paraná, com sede e foro nesta capital do estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1536, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Na verdade, Sr. Presidente, tenho visto se falar muito na questão de recursos que foram repassados às montadoras. Sempre tive uma curiosidade em conhecer os contratos da Renault, da Audi, de todas aquelas empresas, e como estamos debatendo bastante neste Parlamento a idéia de que o Parlamentar tem direito de pedir, senti-me no direito de hoje, depois de ouvir vários

comentários de que os contratos são especiais, estou solicitando ao Governo que mande para a Assembléia os contratos com as montadoras, quantos empregos geraram, quantos efetivamente se concretizaram e assim por diante. Quero ver os contratos dessas grandes empresas, quanto o estado investiu, quanto está recebendo e qual é o lucro. Sempre tive um desejo de fazer isso! Então, já que estamos vivendo um momento de democracia nesta Casa, em que a Oposição tem direito de tudo pedir, senti-me na obrigação de querer ler esses contratos da Audi, da Renault, para darmos uma olhada. Se não me falha a memória, até o Governador não tem acesso a esses contratos, e acho que o Parlamento tem direito de vê-los.

Então, peço ao nosso Líder do Governo que aprove para que o Governo informe, para que possamos ter o direito e acho que isso não é segredo, até porque a empresa já veio e hoje me parece que perdemos uma montadora por questões fiscais, então tenho curiosidade em saber. Então, gostaria que fosse aprovado esse nosso requerimento, para vermos e analisarmos esses contratos do passado, para vermos o que rendeu ao Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Entendo que o requerimento do Deputado Jocelito é pertinente e até acho que ele é tão amplo, o seu aspecto é tão abrangente, que seria objeto até de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para podermos ter todas as informações. A minha tendência aqui é encaminhar para poder aprovar esse requerimento, mas tenho que reconhecer que para respondermos este requerimento não sei se são suficientes 30 dias, porque deverão ser consultados muitos organismos para podermos chegar a esses números.

Agora, confesso a V. Exa. que pessoalmente, como Parlamentar, também gostaria de ter essas respostas, até porque nesse tema das montadoras, que conhece um pouco sabe que os benefícios que foram concedidos na época são benefícios que foram objeto até daquele famoso protocolo secreto da Renault, que tive o prazer de revelar à opinião pública paranaense e revelei porque recebi o protocolo de uma pessoa que, já passados tantos anos, até posso publicamente dizer que recebi do hoje Senador Álvaro Dias. Era ele que tinha conseguido uma cópia.

Então, o fato é que esse tema merece, de fato, um aprofundamento para que possamos identificar todas essas questões aqui. Agora, acho que tem algumas coisas aqui que serão impossíveis de se conseguir, porque sei que deletaram vários arquivos do passado aqui. V. Exa. pode ter certeza que será muito difícil localizarmos alguns desses dados aqui! Mas, enfim, só queria essa compreensão, porque provavelmente vai ultrapassar os 30 dias. Mas quero encaminhar favoravelmente, porque também gostaria de ter resposta às perguntas que são formuladas neste requerimento, Sr. Presidente.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 067

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....27

Presenças.....27

Abertura da Sessão27

Expediente:

Requerimentos28

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró28

Dep. Artagão Júnior30

Dep. Felipe Lucas31

Dep. Teruo Kato31

Grande Expediente:

Dep. Cleiton Kielse 32

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró 28

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final..... 34

2ª Discussão 35

Requerimentos..... 35

Encerramento da Sessão 35

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias..... 35

DIÁRIO Nº 067

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton

Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão, antecipada do dia 12 de junho (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para utilização do plenário, reserva do Plenário desta Casa, bem como disponibilização de equipamento multimídia e serviços de cerimonial e taquigrafia à Comissão de Constituição e Justiça, no dia 23 de junho, das 09:00 às 12:00 horas.

Esta solicitação tem por finalidade a realização de uma Audiência Pública acerca da reforma Tributária - PEC 233/08.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 11/06/08.

(a) DURVAL AMARAL

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Essa semana vimos, no nosso país, a Via Campesina fazendo um grande protesto em 13 estados da nossa federação. Estava englobando com ela o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, e o Movimento de Pequenos Agricultores - MPA.

Os protestos aconteceram na Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Santa Catarina, Alagoas, Tocantins, Rondônia e no nosso estado do Paraná.

O que eles fizeram nesse movimento de protesto? Bloqueio de rodovias, invasão e paralisação de estradas de ferro, fechamento de portos, invasão de algumas propriedades rurais, invasão de escritórios de grandes empresas no nosso país.

Segundo o informativo, a Via Campesina fazia parte de uma jornada de luta. Vejam que coisa interessante, uma luta contra o modelo energético, econômico e contra as transnacionais. Tudo isso ficou escrito em uma nota oficial do MST.

Quero aqui trazer a público aquilo que essa Via Campesina fez em cada estado. No Espírito Santo, o alvo da Via Campesina foi uma plantação de cana-de-açúcar, onde alguns estudos estavam sendo feitos e o Movimento invadiu, porque lá estava se preparando a implantação de uma indústria de cana, para produzir álcool e açúcar. Em São Paulo, a invasão da propriedade

da Odebrecht, que também prepara a instalação de uma usina de metanol. Em Rondônia, um protesto contra a construção de uma usina hidrelétrica. Na Bahia, contra a transposição do rio São Francisco. Em Minas Gerais, pararam uma linha ferroviária, por serem contra a exploração, da Vale do Rio Doce, de minérios dentro do estado de Minas Gerais. Aqui no Paraná ocupou a usina de Salto Santiago. Na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, invadiram a usina de Ita.

Pego, penso e me pergunto: a Via Campesina, que lidera uma ação em defesa da reforma agrária, fazendo com que seus integrantes possam receber terra para poder produzir. Mas, na verdade, o que vemos não é nada disso. Parece que esses movimentos são dirigidos por Líderes que têm outro interesse. Qual interesse? Esses Líderes desses movimentos usam o nome de Via Campesina, de Movimento Sem-Terra, enfim, nome de movimentos sociais para tentar, de uma forma ou outra, fazer desses movimentos um braço político, muitas vezes, tentando alcançar o poder, tentando alcançar o seu objetivo que é chegar ao poder.

Outras vezes, vejo, penso e olho os movimentos que acontecem na esfera nacional. Muitas vezes, esses movimentos fazendo grandes caminhadas de reivindicação. E o que vemos? Grandes autoridades, como o próprio Presidente da República, muitas vezes, como aqui no estado do Paraná, o Governador do Estado recebendo, e esses movimentos vão embora depois que alcançam o objetivo de ter uma Audiência. Interessante que, poucos dias depois, vemos os Governos liberarem para esses movimentos milhões e milhões de reais de recursos. Então, não sei exatamente onde querem chegar. Será que é realmente o movimento que tenta fazer com que as pessoas, que tiveram origem no passado à terra, possam retornar a ela, ou é outro interesse?

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Parece-me que, quando os Governos liberam dinheiro público para essas Lideranças, esses movimentos, ONGs, muitas vezes vemos rapidamente o movimento acabar. Sr. Presidente, deixo aqui uma pergunta: qual é o real interesse desses movimentos que utilizam uma boa parcela da população de baixa renda, pessoas menos esclarecidas como massa de manobra, mas quando alcançam seus interesses acaba todo aquele processo de mobilização e de cobrança?

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero me somar à sua preocupação, Deputado Plauto Miró Guimarães. Comungo das suas idéias, do seu pensamento. Respondendo à sua pergunta, o que a Via Campesina e o MST querem com tudo isso é bandalheira. Infelizmente, os Líderes da Via Campesina e do MST são

peças que usam peças que precisam de ajuda, de emprego, de moradia, estão passando necessidade, como massa de manobra para fazer invasões pelo Brasil todo, e com dinheiro público. O Governo Federal libera recursos para essas entidades que, depois, contratam ônibus, compram toda uma infra-estrutura e invadem áreas pelo Brasil afora.

Não existe mais espaço, hoje, no mundo, para reforma agrária. O que tem que se fazer, hoje, é gerar emprego e renda e apoiar o filho do agricultor para que ele fique no campo. O Paraná é exemplo disso. O Paraná é o estado que se você apoia o filho do agricultor ele não vai precisar mudar para Rondônia, Mato Grosso, Bahia, ou qualquer outra área, porque aqui as terras são caras e o filho do agricultor tem vocação, tem tecnologia e até um pouco de capital. Garantir a pequena propriedade no Paraná: isso sim é reforma agrária. Apoiar o pequeno agricultor e não dar terra para quem não tem terra, porque isso não gera vocação, não gera conhecimento técnico e, depois, no final, acaba abandonando a terra.

Mais do que isso, o que esse pessoal faz, hoje, é invadir áreas que são produtivas. Atuar em áreas que não fazem parte desse tipo de assunto é bandeira política. É uma vergonha para o Brasil a atuação do MST e da Via Campesina. Felizmente, o Paraná é um estado onde eles não se criam.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)
Obrigado, Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)
Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Deputado Plauto, ouço seu pronunciamento e todos ficamos estarelecidos, na verdade, na noite de ontem, quando as televisões mostraram para o Brasil as invasões que ocorreram em 13 estados do nosso Brasil. Coincidência ou não, é o número do partido do Presidente da República.

O Presidente da República está dando continuidade ao etanol, ao programa do álcool e ele tem razão quando diz que o etanol tem que ser extraído da cana-de-açúcar e não do milho, porque o milho é um alimento que pode faltar para o mundo, que é o caso dos Estados Unidos, que está extraindo o etanol do milho. Aqui no Brasil, os companheiros estão invadindo um campo de pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco e destruíram totalmente, quer dizer, toda uma pesquisa estava se desenvolvendo com relação à cana-de-açúcar para produzir o etanol e foi destruída ontem. As invasões de usinas: precisamos gerar mais energia para que possamos mobilizar e movimentar as nossas indústrias. Isso é infra-estrutura. É por essa razão que não entendemos onde o movimento, efetivamente, quer chegar e a sua indagação é esta: o que existe por trás de tudo isso? Onde é que eles querem chegar?

Deixem-nos produzir, o campo quer paz, o campo quer produzir alimento para o mundo, para o Brasil e para as pessoas que precisam dos alimentos. Poderíamos aprofundar muito, mas quero ser muito breve.

Parabéns pelo seu pronunciamento e esperamos que o Governo e essas entidades, essas ONGs que estão financiando esses movimentos, entre outras, sociais, possam de uma hora para outra chegar e dizer: "Olha, chega de baderna, chega de bagunça e vamos produzir!"

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)
Agradeço, Deputado Elio Rusch.

Para dar encaminhamento ao término do nosso pronunciamento, quero deixar frisado e lembrar novamente: a Via Campesina, nesse protesto que aconteceu nessa semana em nosso país, lutou contra a implantação de novas usinas, que vão produzir metanol ou álcool para os veículos no nosso país. Lutou contra o plantio de canas, como o Deputado Elio Rusch falou, aqui, experimentos de canas que estavam sendo feitos pela Universidade Federal de Pernambuco, que foram destruídos. Tivemos invasões em várias ferrovias, em um combate às mineradoras que exploram o nosso país. Foram invadidas usinas hidrelétricas. Enfim, aquilo que se propaga, que é objetivo da Via Campesina, lutar pela terra, não foi a sua reivindicação. Segundo nota oficial do MST, o pretexto foi pelo modelo energético e econômico e contra as transnacionais. Esse é o objetivo dos movimentos sociais ligados à terra, que são montados para defender a reforma agrária? Eis a questão!

Fica aí, Srs. Deputados, qual é o real interesse das Lideranças que comandam esses movimentos e usam as pessoas menos esclarecidas como bucha de canhão e como massa de manobra, fazendo delas uma ferramenta para que eles possam alcançar seu objetivo? Geralmente, Sr. Presidente, esse objetivo é para os recursos de volume muito grande que são liberados aos Líderes desses movimentos. Geralmente tudo acaba quando os recursos são liberados, quando não pelo Governo Federal e sim pelo Governo Estadual. São os reais objetivos desses movimentos.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Deputado Plauto, o senhor ainda tem dois minutos. V. Exa. poderia me conceder?

(Assentimento)

Esta semana a Vale está negociando com a PETROBRAS sobre um assunto de suma importância, que é a produção dos ingredientes do adubo, o potássio e o fósforo. Já que a PETROBRAS tem o domínio do petróleo, e o nitrogênio é extraído do petróleo, então, busca-se o atendimento entre a Vale e a PETROBRAS, para que possamos extrair das nossas minas do Brasil esses dois componentes para a fabricação do adubo.

Os Movimentos do MST e da Via Campesina continuam impedindo e invadindo estradas de ferro, prejudicando essas grandes empresas. Estamos trazendo para o Brasil uma certa insegurança jurídica. Será que essas

empresas ainda vão continuar dispostas a investir no nosso Brasil? O nosso agricultor precisa reduzir o custo de produção. Vamos reduzir o custo de produção, quando diminuirmos o custo do adubo. O fertilizante aumentou mais de 100% em determinados componentes. Quando uma empresa privada busca uma parceria com a PETROBRAS, temos que dizer que o Presidente da República, através do Ministro Reinhold Stephanes que é paranaense, está convencendo o Governo Federal para que ele possa colocar os recursos da PETROBRAS à disposição com uma empresa privada, para que possamos extrair das nossas minas, posamos fabricar o adubo, mas com custo mais baixo, para que o nosso agricultor possa ter um lucro maior. Esses movimentos, Deputados Plauto, podem inviabilizar grandes empreendimentos que estão prestes a acontecer, como foi anunciado nessa semana essa parceria, de uma empresa estatal, que é a PETROBRAS, com a Vale. A Vale foi uma das grandes prejudicadas no dia de ontem com esses movimentos. Por essa razão, não podemos concordar e condenamos essas atitudes que são feitas impensadamente.

Parabéns, mais uma vez, a V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço ao Deputado Elio Rusch.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

(Declina)

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Subo a esta tribuna nesta tarde, para de forma rápida e objetiva fazer menção ao grande Congresso acontecido nos últimos dias 28, 29 e 30 de maio, promovido pela UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais. Lá estivemos presentes, em representação a esta Casa de Leis, em número de quatro Deputados, eu, o Deputado Douglas Fabrício, o Deputado Francisco Bühner e o Deputado Reni Pereira, em representação a esta Casa de Leis num Congresso promovido pela nossa entidade de representação.

Lá foi discutido o tema da reforma tributária, entre outros temas abordados.

Tivemos a participação de Ministros, de ex-Ministros, de Deputados Federais, com por exemplo, Ciro Gomes; tivemos a presença do ex-Governador Rigotto, do Rio Grande do Sul, especialista na questão tributária; tivemos a presença do Ministro Muncio, da Relações Institucionais; tivemos a presença do Cid Gomes, Governador do Ceará; a presença do Governador Aécio Neves, Governador de Minas Gerais, todos eles são pessoas de mais alta capacidade e competência para trabalhar em cima da questão da reforma tributária.

Tivemos lá também a discussão sobre as ações do MERCOSUL, sobre o Parlamento do MERCOSUL e sobre as eleições dos Deputados do MERCOSUL, que acontecerá em 2010, a forma como acontecerão, como será feita a escolha dos Parlamentares do MERCOSUL. Afinal de contas, o Paraguai já fez eleição dos seus 18 representantes, uma vez que estes que lá estão como representantes do MERCOSUL, de cada um dos estados membros, estão de forma provisória. O Brasil está representado por nove Senadores e nove Deputados Federais. Em 2010 teremos que fazer a nossa eleição. O Paraguai já fez a sua eleição, portanto, já tem os seus 18 representantes oficiais. Discutimos lá também essa questão.

Mas, o tema principal foi a reforma tributária. Foi um tema amplamente discutido, Presidente Nelson Justus. E nós todos ganhamos com a nossa participação. Foi, na história da UNALE, o maior Congresso até hoje realizado. Tivemos o encontro dos Presidentes, encontro que ocorre de tempos em tempos, aonde os Presidentes das Casas Legislativas discutem ações de interesse de todas as Casas de Leis e principalmente na busca do fortalecimento do Legislativo Estadual.

V. Exa. também se fez representar naquela oportunidade, através da correspondência expedida, muito embora não pudesse estar pessoalmente.

Tivemos lá também o evento do PARLASUL, aonde foram debatidos ações de interesse da nossa região sul e lá, naquela oportunidade, foi instituído o Parlamento do Nordeste, onde todos os estados daquela região se associaram num Parlamento regional.

Tivemos lá também, paralelamente ao encontro da UNALE, o encontro dos Cerimoniais do Brasil; tivemos lá, paralelamente ao Encontro da UNALE, em consonância, em sintonia, o Encontro dos Procuradores dos Estados. Enfim, sem dúvida alguma, Presidente Nelson Justus, foi até hoje o maior encontro, o maior Congresso, o maior evento promovido pela nossa entidade.

De forma rápida e objetiva, tivemos a oportunidade, em representação a esta Casa de Leis, de presidir um dos painéis, justamente o que tratava sobre as questões do MERCOSUL, afinal de contas, naquela oportunidade, presidíamos o bloco brasileiro da União dos Parlamentares do MERCOSUL. O Deputado Reni Pereira, em representação a esta Casa de Leis e com a participação efetiva do Deputado Douglas e do Deputado Francisco Bühner, teve a participação como debatedor na Mesa que discutiu oficialmente o tema da reforma tributária.

Então, a nossa Casa e os Deputados que lá estiveram, com a participação efetiva no comando, na participação e no debate das ações, certamente estamos muito satisfeitos com as informações adquiridas com os debates lá realizados e com as ações que demandarão daquelas ações que foram tomadas. Foram elaboradas cartas, encaminhadas manifestações e certamente os Legislativos Estaduais de todo país, incluindo o nosso estado do Paraná, saiu fortalecido nesse grande encontro.

Queremos publicamente registrar nossa participação, agradecer a oportunidade do Presidente ter nos designado para esta missão e informar também à imprensa e aos amigos visitantes do que tratou esse grande Congresso da UNALE, tendo como tema principal a reforma tributária que é uma necessidade e um tema da nossa realidade nos dias de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Com grande alegria ocupo hoje esta tribuna, para convidar e agradecer ao mesmo tempo esta Assembléia, pois tivemos esta semana, no dia 8, a chegada da tocha internacional do Holodomor à cidade do Rio de Janeiro. Ela foi para a cidade de São Caetano do Sul, agora no dia 11 deste mês terá uma missa na igreja de São Bento, no Rio de Janeiro e no dia 13, sexta-feira, às 19h30, terá uma cerimônia cívico-religiosa, em Curitiba, na igreja Nossa Senhora Auxiliadora, localizada na rua Martim Afonso, esquina com a Visconde do Rio Branco. Dia 14, sábado, às 9h, a mesma tocha do Holodomor se dirigirá à cidade de Prudentópolis, onde terá também uma cerimônia cívico-religiosa junto ao monumento do Taras Shevchenko, em Prudentópolis, Paraná.

Quereria agradecer a toda Assembléia Legislativa na ocasião que votaram ao Holodomor. O Holodomor foi a morte, pela fome, entre 1932 e 1933, na Ucrânia, de aproximadamente 8 milhões de pessoas no Governo Stalin. Essas mortes foram provocadas através da fome, não deixando que alimentos fossem consumidos pela população ucraniana, o próprio país um grande produtor de trigo e outros alimentos e foi impedido que se desse alimentação à população.

Já foi aprovado nesta Assembléia Legislativa e temos esse reconhecimento, ao mesmo tempo diversos países do mundo já tiveram o mesmo reconhecimento. Isso só nos orgulha, ao mesmo tempo do reconhecimento desta Assembléia trabalhamos para que a Câmara Federal também a reconheça. É um holocausto, é uma questão muito importante, que possamos dizer à toda a população mundial o que aconteceu naquele país. Foi uma tragédia, infelizmente, por Governos totalitários da época e que hoje o mundo todo e o Brasil, principalmente, têm o caminho da democracia. Não há um caminho melhor que a democracia.

Agradeço a todos os Parlamentares por terem votado e ao mesmo tempo a comunidade ucraniana agradece a esta Assembléia Legislativa pelo fato de ter sido feito. E ao Presidente, Nelson Justus, que sempre teve a questão democrática muito importante.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para falar de um grande evento que aconteceu na semana passada, lá no extremo noroeste do Paraná, especificamente na cidade de Loanda, um encontro a respeito de meio ambiente aonde tivemos a satisfação de presenciar a formação da primeira cooperativa, que tem como objetivo a liberação de crédito de carbono. É a Coopercarbono, e que congrega 187 pequenos produtores rurais.

Esta foi uma iniciativa dos produtores, mas respaldada pelos técnicos da EMATR, já que um pequeno produtor jamais teria condições de inserir neste mercado, que é um mercado internacional, mas que terá um grande futuro, já que esta preocupação com o meio ambiente é uma preocupação de todos nós.

Fiquei muito feliz em verificar que, além desta organização, dos produtores estarem se mobilizando, vi neles uma consciência muito grande da necessidade de se preservar o meio ambiente. E também ficou claro que preservar o meio ambiente pode reverter em benefício monetário aos produtores, porque através deste programa, eles estarão recuperando as matas ciliares, estarão recuperando as áreas degradadas e poderão estar tendo retorno econômico das suas reservas legais.

Portanto, fico muito satisfeito em ver que o Brasil caminha a passos largos nesta consciência de que preservar o meio ambiente é preservar nossa própria sobrevivência.

Gostaria, também, de ressaltar hoje um tema importante que foi destacado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que é a respeito do IDEB, o novo IDEB, referente ao ano de 2007, como foi colocado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, o Paraná deu um salto grande nos seus indicadores, foi o estado que mais cresceu. E isto é fruto de um programa de Governo, de um foco na Educação, aonde investimentos são feitos, da ordem de 30% do orçamento e que conta com o engajamento de todos aqueles que militam na Educação. Com muita alegria vejo o Paraná, com esses números, já atingiu os índices que estariam previstos para 2013. Portanto, o objetivo do MEC, que era de atingir o IDEB de 6 para 2022, com certeza o Paraná se antecipará.

E em se tratando de Educação, gostaria de dizer também que o Movimento das Cidades pela Educação Básica vem acontecendo, tivemos um encontro muito importante em Paranaíba, com a presença de mais de 300 Lideranças, envolvendo professores, Lideranças comunitárias, Lideranças empresariais e agora, na próxima sexta-feira, um novo encontro será realizado na cidade de Ponta Grossa. Portanto, uma grande oportunidade para

que os Deputados que puderem estar presentes para dar uma força, um respaldo para esse movimento que considero um dos maiores movimentos que vêm acontecendo em prol da educação básica do nosso estado e que, com certeza, fará com que o estado do Paraná seja o estado que mais rapidamente melhorará a qualidade da Educação no nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, com muita alegria, dizer que ontem à noite viajamos a São Paulo juntamente com o Dr. Geci e com o Dr. Orreda, Diretores do Hospital do Trabalhador, o HT, aqui em Curitiba, onde em São Paulo, hoje, a partir das 7h30, fizemos uma reunião com os companheiros dirigentes do Hospital Beneficência Portuguesa, na cidade de São Paulo. E pasmem, senhores, eu nunca imaginava a estrutura que existe na Beneficência Portuguesa. Quando se fala em um hospital filantrópico, você imagina um hospital deficitário, um hospital humilde, um hospital sem estrutura, um hospital com deficiência e com dificuldades. Lá encontramos 1 mil e 400 médicos trabalhando, 6 mil e 300 funcionários, um atendimento em mais de 1 mil e 200 leitos - quando aqui no Paraná falamos em 200 leitos já é um hospital de grande porte - todo o tipo de tecnologia, das mais avançadas máquinas existentes no mundo, e fechamos uma parceria entre o Hospital do Trabalhador e a Beneficência, unindo a tecnologia, o atendimento e a filantropia.

O Hospital do Trabalhador, que hoje é um modelo de administração pública no setor médico, no setor de atendimentos, também tem um hospital adjunto, que nunca vim a esta tribuna falar desse assunto, mas que há 10 anos dou apoio ao CAIF/AFISSUR. A AFISSUR é uma entidade vinculada, que também tem patrocínios do exterior, e isso quero trazer os Diretores a partir dessa parceria da ampliação do Hospital do Trabalhador, aonde são feitas as cirurgias bucomaxilofaciais. Quais são essas cirurgias? De recuperação de lábios leporinos, acidentes que trazem trauma crânio-facial em crianças, adultos, jovens e idosos, aonde só nós mandamos mais de 100 pessoas que foram recuperadas; implantes de nariz, de orelha, de córnea, não transplante da córnea, implante da córnea; correção bucomaxilo, aonde os derivados dos problemas que temos, que muita gente não sabe, eu também estou estudando essa matéria como um estudante que fui de Medicina, que esses problemas derivam mais

de 10 outros problemas na genética de uma criança. O Dr. Felipe Lucas que me corrija, mas uma criança que tenha prognatismo pode vir a ter um problema seriíssimo de coluna, de pulmões e coração, o que eu não sabia. E estamos fechando essa parceria, aonde vamos trazer pessoas de São Paulo para fazerem o tratamento aqui em Curitiba, e ao mesmo tempo vamos vincular projetos existentes na área de filantropia.

Há outros projetos aonde a própria Votorantin, juntamente com o Dr. Antonio Ermírio de Moraes, que fomos recebidos por vários Diretores da Votoran no dia de hoje, que estão já comprando um terreno, que estamos pedindo há dois anos para a instalação da maternidade e recuperação infanto-juvenil dentro do Hospital do Trabalhador, Sr. Presidente, é uma parceria inédita, aonde o Governo iria desapropriar esse terreno, avisamos o Governador que não seria necessário, porque iríamos conseguir a doação desse terreno, e felizmente temos hoje já a aprovação da diretoria da Votoran, a diretoria da própria CBA que farão essa desapropriação.

Mas trago, de São Paulo, também uma notícia que faço uma metáfora com o que está acontecendo aqui em Curitiba, valores iguais ou valores diferentes? Como vamos dimensionar? Existe um movimento que estamos fazendo aqui para desobstruir a BR-476. E deparamos em São Paulo com um movimento muito similar ao nosso, só que deram uma denominação: "São Paulo não pode parar." E qual é o estudo que eles estão fazendo em São Paulo? Um paralelo numa dimensão 10 vezes maior do que eu tenho falado aqui, mas em São Paulo o atual Prefeito, que faz parte da mesma sigla do atual Prefeito de Curitiba, está forçando uma situação para desobstruir os canais aonde ainda temos congestionamentos em São Paulo, permanentes. E como ele está fazendo isso? Vou dar um exemplo Presidente: o aeroporto de Congonhas, que já fazia alguns meses que eu não pegava esse aeroporto, hoje temos uma trincheira que cruza a avenida em frente ao aeroporto de Congonhas, não tendo mais sinais para o acesso dos veículos nas avenidas principais. Em paralelo a isso, a marginal Tietê e a marginal Pinheiros, está tendo um investimento enorme nas vias paralelas, também para desobstrução, mas estou falando de 1 milhão e 100 mil veículos por dia.

Ontem, quando tivemos um contato com um professor do Colégio Medianeira, aonde eu estudei também, colégio de Padres, ele me disse: "Deputado, se o senhor quiser, paramos a BR com os alunos do Colégio Medianeira, porque o congestionamento permanente que os pais estão tendo aqui em frente do colégio é uma coisa inaceitável". Está aumentando dia-a-dia, Sr. Presidente. E isso fizemos uma conta com o pessoal do DNIT, estou estudando muito essa matéria, porque tenho sido cobrado, só que a Associação de Motoristas de Ônibus do Paraná, ontem, foram num programa de televisão comigo e gravaram declarando total apoio. Os motoristas de táxi

de Curitiba e região metropolitana a mesma coisa, porque se eu não tivesse uma solução para o problema, seria irresponsável. Mas a solução está dada. O Governador liberou o dinheiro. Já foi licitado pelo DNIT para fazer o viaduto da Salgado Filho, as trincheiras da Brigadeiro Franco e as trincheiras necessárias na vila São Pedro. Vamos desobstruir 60% do trânsito da BR-476.

Agora estou com um assessor lá, e antes de eu subir nesta tribuna ele me ligou dizendo que deu uma volta de 20 quilômetros por dentro da vila Hauer para poder fotografar, porque a fila agora está antes da Cotrasa. Não é deste lado apenas, do outro lado também está a fila.

Se não fizermos imediatamente esta mudança - estou até constrangido, porque sou amigo do Beto Richa, apoiei e pedi ao Deputado Valdir Rossoni e ele aceitou - para fazermos, na semana que vem, uma reunião com o Beto Richa, onde o Governo assumiria a construção dessas obras, sem parar a Linha Verde. Quero deixar muito claro isso: não queremos parar a Linha Verde. Vamos executar essas obras que são fundamentais para que Curitiba não pare, porque Curitiba está parando. Curitiba tem hoje a criatividade, desde 1966, de ótimos engenheiros, que mostraram uma estrutura que é famosa no Brasil inteiro.

Ontem me surpreendi, até peguei um cartão do taxista, Dr. João Carlos. Digo Doutor porque o comentário político que ele fez, dentro do táxi, foi um absurdo. Ele falou do Jaime Lerner, do Roberto Requião, do Beto Richa, e ele não me conhecia. Ele disse que a tal da Linha Verde está se tornando um problema. Disse que sabia, pois lê jornal do Brasil inteiro. Ele disse que tem parente perto de Contenda, e cruzou a Linha Verde, dias atrás, e que só falava bem do Beto Richa. A partir daquele dia penso duas vezes.

Perguntei se ele me conhecia e ele disse que não. Então, me apresentei e disse que estava tentando construir os viadutos e as trincheiras. E ele me disse para eu pedir ao Beto Richa ir conversar com o Prefeito de São Paulo, porque o Prefeito de São Paulo está tentando modificar a estrutura viária de São Paulo investindo bilhões de reais em trincheiras e viadutos. Túneis, que passamos ontem à noite em São Paulo, fantásticos e que não os conhecia.

Não é a velocidade que temos que reduzir na BR-116. Reduzir é muito ruim para a economia de uma cidade, para a estrutura funcional urbana de uma cidade. Muito ruim para a funcionalidade, para a criatividade que queremos, tanto no turismo quanto na atração de novos investimentos.

Essa visão quero poder levar, em nome desta Casa, ao Beto Richa. O Beto Richa tem feito uma série de obras fantásticas em Curitiba. Mas que, pontualmente, na Linha Verde, vou pedir que não deixe esse grande projeto transformar-se num grande problema e num erro na sua carreira,

Beto. É um erro o que está acontecendo. Eles querem colocar mais três sinaleiros intermitentes nesse período e nesse trecho entre o Atuba e o Pinheirinho. Vai travar a BR, vai encurtar a vida útil da BR.

O próprio engenheiro do DNIT foi muito claro, ontem. Ele disse: "Deputado, hoje, temos a projeção de sobrevivência da BR em mais um ano com a Linha Verde, porque o tráfego está sendo retirado da Linha Verde para o contorno leste e o contorno norte. Quando acabarem a Linha Verde, todo tráfego vai novamente, entrar na Linha Verde e isso vai se tornar um caos para Curitiba e região metropolitana. A separação está sendo feita". Não são palavras do advogado Kielse, são de um engenheiro pós-graduado do DNIT, que foi um dos analistas do projeto do Cássio Taniguchi e que foi muito claro que, na época, já existia autorização formal do projeto inicial que seria o sonho a estruturação de uma BR sem sinaleiros, que é o que eu desejo.

Queremos que os ônibus andem mais rápido, que as pessoas possam voltar mais cedo para casa, que as pessoas não tenham o stress do dia-a-dia de estar num trânsito caótico. Queremos retirar 160 mil litros de óleo, de gasolina e de álcool consumidos a mais, por dia, por causa dos congestionamentos.

O relato do Presidente da Associação dos Transportadores de Curitiba e da Região Metropolitana foi o seguinte: "Se quando eu mandava um ônibus, Kielse, eu tirava 17 carros da rua, numa média, hoje, não consigo mandar um ônibus. Tenho que mandar três microônibus, por causa do tempo que esse ônibus levava para levar os nossos funcionários, os terceirizados. Hoje, tenho que mandar três microônibus para dar o mesmo atendimento, a mesma velocidade e a mesma otimização de tempo".

Não existe coisa pior, Deputado Jonas, o senhor que é um excelente motorista, imagine ficar três horas no trânsito, todos os dias. É o que os amigos de Colombo, que saem do Alto Maracanã e que vão trabalhar na CIC levam, hoje, para cruzar a BR-116. Uma hora e meia para ir e uma hora e meia para voltar.

Encerro, Sr. Presidente, ...

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Uma pena que não deu aparte, Exa. ...

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Na sequência, ou amanhã, ou segunda-feira. Desculpe.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

V. Exa. falou que Curitiba não pode parar. Londrina não pode parar. Acho que tem que ser em todos os municípios, porque aqui tem Deputados que representam todos os municípios do Paraná, não apenas Curitiba, cuja cidade merece o nosso respeito.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

O senhor tem total razão e acho que podemos fazer uma parceria, também, em Londrina, porque a sistemática que está sendo feita em Cascavel, hoje, onde tem 16 quilômetros estamos entregando 10 viadutos, 100% pelo Governo do Estado, 100% a fundo perdido, e é isso que quero em Curitiba. Obra a fundo perdido não é financiamento, Sr. Presidente, é dinheiro direto do caixa do Governo construindo as obras da rodovia BR-476.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

(Declina)

Passa-se o Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN. Bloco PSB/PRB/PV. PP. PSDB. PDT.

(Declinam)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Presidente, apenas para registrar que amanhã é aniversário do nosso colega Teruo e em nome do PP - Cida Borghetti, Duílio, Ney Leprevost e este Deputado - a homenagem a ele. A homenagem, também, a V. Exa. que está emplacando 60 anos depois de amanhã, também, nosso Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(Declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 217/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a CALI - Casa de Apoio Libertação com sede e foro no município de Campo Mourão. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Exa., requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Por gentileza, solicitamos aos Srs. Deputados que digitem as suas senhas.

A pedido do Deputado Douglas Fabrício, registramos a presença do Vereador Ney, de Mambore e do ex-Prefeito Airton, de Nova Cantú. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Vinte e oito Deputados. Há quórum para o prosseguimento da Sessão. **Aprovada.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que institui a meia entrada para professores de rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/08, de 12/03/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 202/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a AMOVIT - Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 202/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AMOVIT, Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Eduardo Antonio Dalmora, com sede e foro de Matinhos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 203/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Dalmora, com sede e foro de Matinhos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RIBAS CARLI FILHO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 011/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, no mês de maio de 2008. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 063/08, de 05/06/08, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/07, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Indústria de Móveis - Pró Móveis. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Astorga - APAE de Astorga, com sede e foro na cidade de Astorga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação Cidadania em Ação - Voluntariado da Justiça Federal do Paraná, com sede e foro nesta capital do estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Vou fazer uma solicitação a V. Exa. e à Mesa. Vamos ter todas as quartas-feiras as Sessões antecipadas de quintas-feiras. É possível que tenhamos a Ordem do Dia da Sessão Ordinária e da Sessão antecipada já na parte da manhã? Porque aí, Sr. Presidente, temos condições de saber o que vai ser votado o dia todo. Então, faço esse pedido a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. e vamos providenciar isso para que pela manhã V. Exas. tenham duas Ordens do Dia.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1554, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. À Comissão Executiva.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 017, 217 e 230/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142, 244 e 246/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 118/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4962, datado de 06/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, VERA LUCIA DOS SANTOS DE LIMA, matrícula nº 40019, de 60 (sessenta) dias, a partir de 23/05/08, CID. 10 G 43.0 e F 32.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/06/08.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 119/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4508, datado de 27/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar em favor de JOSÉ CARLOS CARVALHO, matrícula nº 40139, portador do RG 771.733-4/PR e do CPF 210.922.659-53, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/03/86, ocupante do cargo de garçom,

nível NBB-04, lotado na Diretoria de Assistência ao Plenário, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/06/08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 120/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4561, datado de 27/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar em favor de ZAUMIR NEVES TEIXEIRA, matrícula nº 40663, portador do RG 4.418.076-6/PR e do CPF 552.944.569-15, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/06/88, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotado no gabinete do Deputado Estadual Durval Amaral, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 01/06/93 e 01/06/98, nos termos do artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/06/08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 121/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4892, datado de 05/06/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de AUGUSTO CARLOS KIRCHNER, matrícula nº 40983, portador do RG 1.125.322-9/PR e do CPF 274.462.809-30, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/07/90, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotado no gabinete da Presidência, nível NTB-03, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a:

- Elétrica PIPA Com. e Ind. de Material Elétrico LTDA., por 02 (dois) meses e 05 (cinco) dias, período de 12/05/76 a 16/07/76;
- EMADI Empresa Administradora de Imóveis LTDA., por 02 (dois) meses e 05 (cinco) dias, período de 01/09/76 a 05/11/76;
- Banco BAMERINDUS do Brasil Sociedade Anônima, por 10 (dez) meses e 25 (vinte e cinco) dias, período de 07/12/76 a 31/10/77, conforme dispõe o parágrafo 9º do artigo 201, da Constituição Federal;
- FUNDEPAR, por 11 (onze) anos e 10 (dez) meses, período de 01/09/79 a 30/06/91, contados para todos os efeitos legais, nos termos do artigo 129, inciso I, da Lei nº 6174/70, perfazendo o total de 13 (treze) anos, 1 (um) mês e 5 (cinco) dias de contribuição.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/06/08.
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

